



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E NOVE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

**VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU** – PSD – PRESENTE.----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA** – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA** – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

**VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES** – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS** – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA** – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

**VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS** – PSD – PRESENTE.---

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO** – PS – PRESENTE.-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

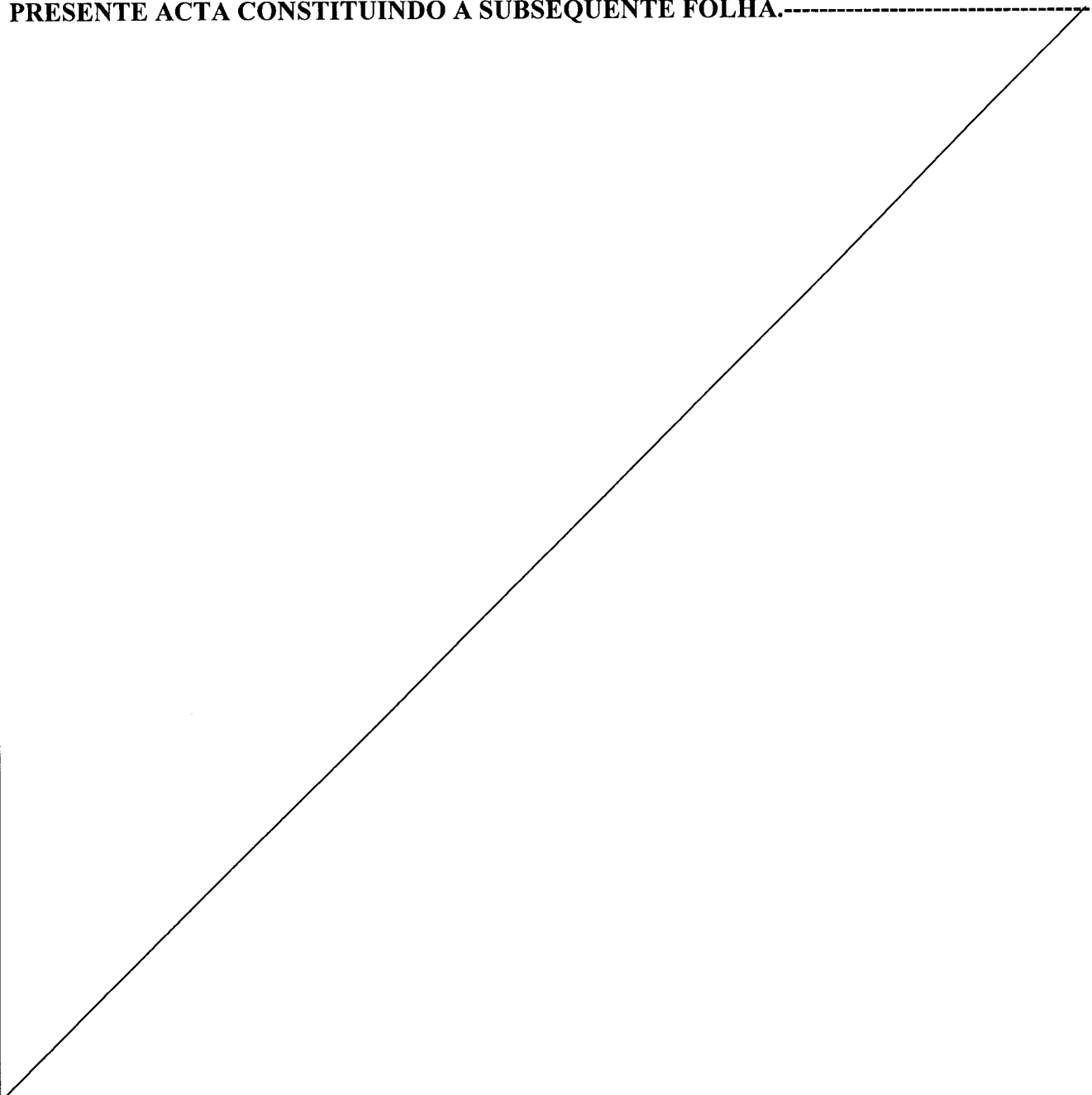
**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----



A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----**





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

04

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29/JULHO/2009 – ACTA Nº 17

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (15/07/2009)
- 2 – Aprovação da acta da reunião extraordinária realizada no dia 10/07/2009
- 3 – Aprovação da acta da reunião extraordinária realizada no dia 21/07/2009
- 4 – Alienação de terreno à sociedade PT Comunicações, S.A., destinado à construção de edifício para instalação de serviço de Call Center: Alteração das condições da alienação: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 5 – Empreitada: “Construção da EBI de S. Tomé de Negrelos – Protocolo com a DREN”: Prorrogação do prazo para entrega das propostas
- 6 – Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno destinada à execução da obra de “Rotunda de Acesso a Fontiscos / Zona Industrial da Poupa – Santo Tirso”: Aceitação das condições de cedência
- 7 – Aquisição de terrenos necessários execução de “Caminho Pedonal em S. Tiago da Carreira – Santo Tirso”: Resolução de Expropriar duas parcelas de terreno necessárias para o efeito
- 8 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 24 de Julho de 2009

Nota: Foi aditada à Ordem

O Presidente,

do Dia da presente  
reunião uma alteração  
Orçamental dos SMAES (item 9)

Prça 25 de Abril • 4780-373 SANTO TIRSO  
TEL.: 252 83 04 00 • FAX: 252 85 65 34  
LINHA AZUL 808 201 056 Protecção Civil  
E-MAIL: gap@cm-stirso.pt  
INTERNET: WWW.CM-STIRSO.PT

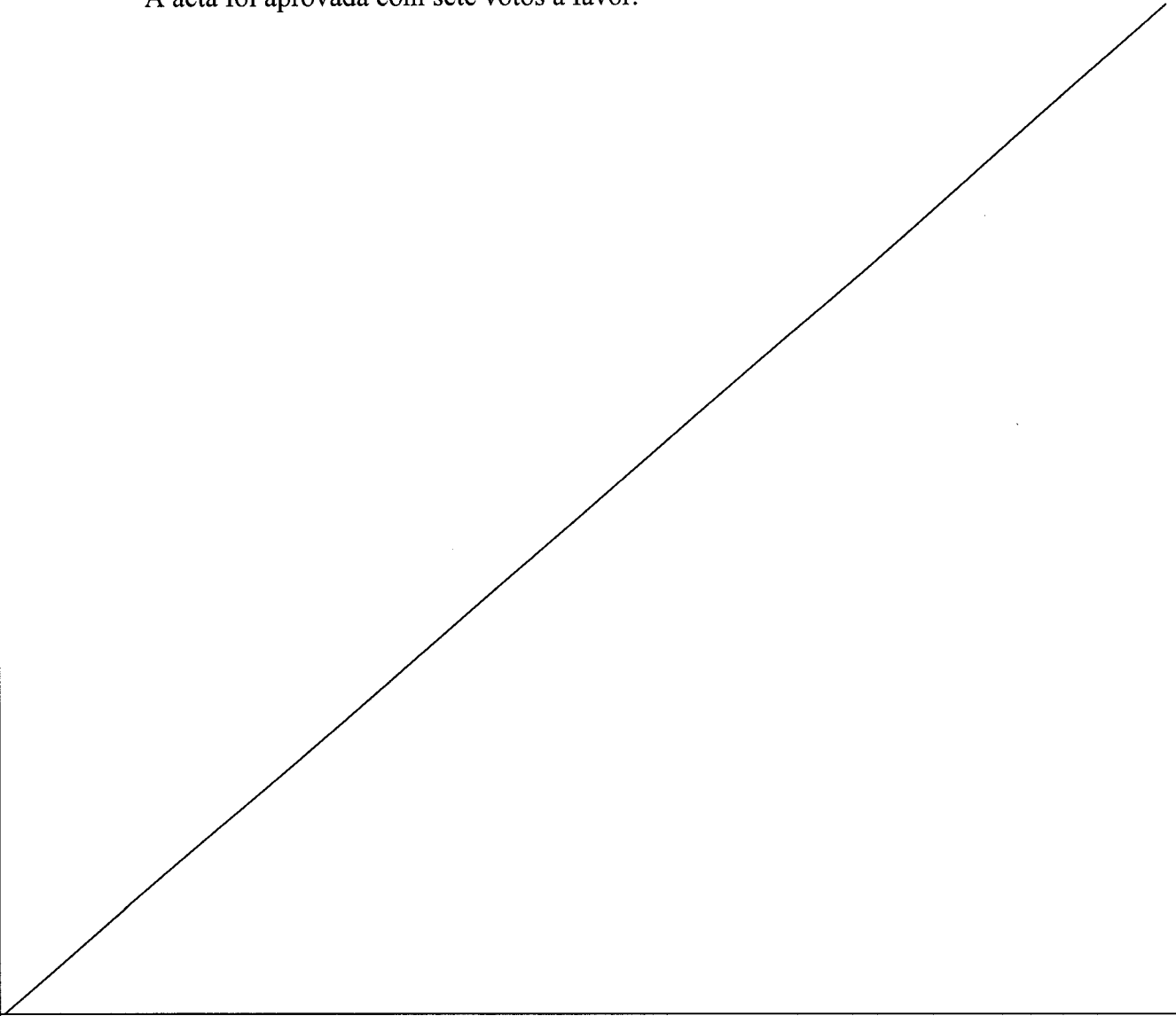


**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (15/07/2009).-----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia quinze do corrente mês de Julho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

**2. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO  
DIA 10/07/2009.**-----

Presente a acta da reunião extraordinária realizada no dia dez do corrente mês de Julho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----

A large diagonal line drawn from the bottom left corner to the top right corner of the main body of the page, indicating that the rest of the document is blank or crossed out.



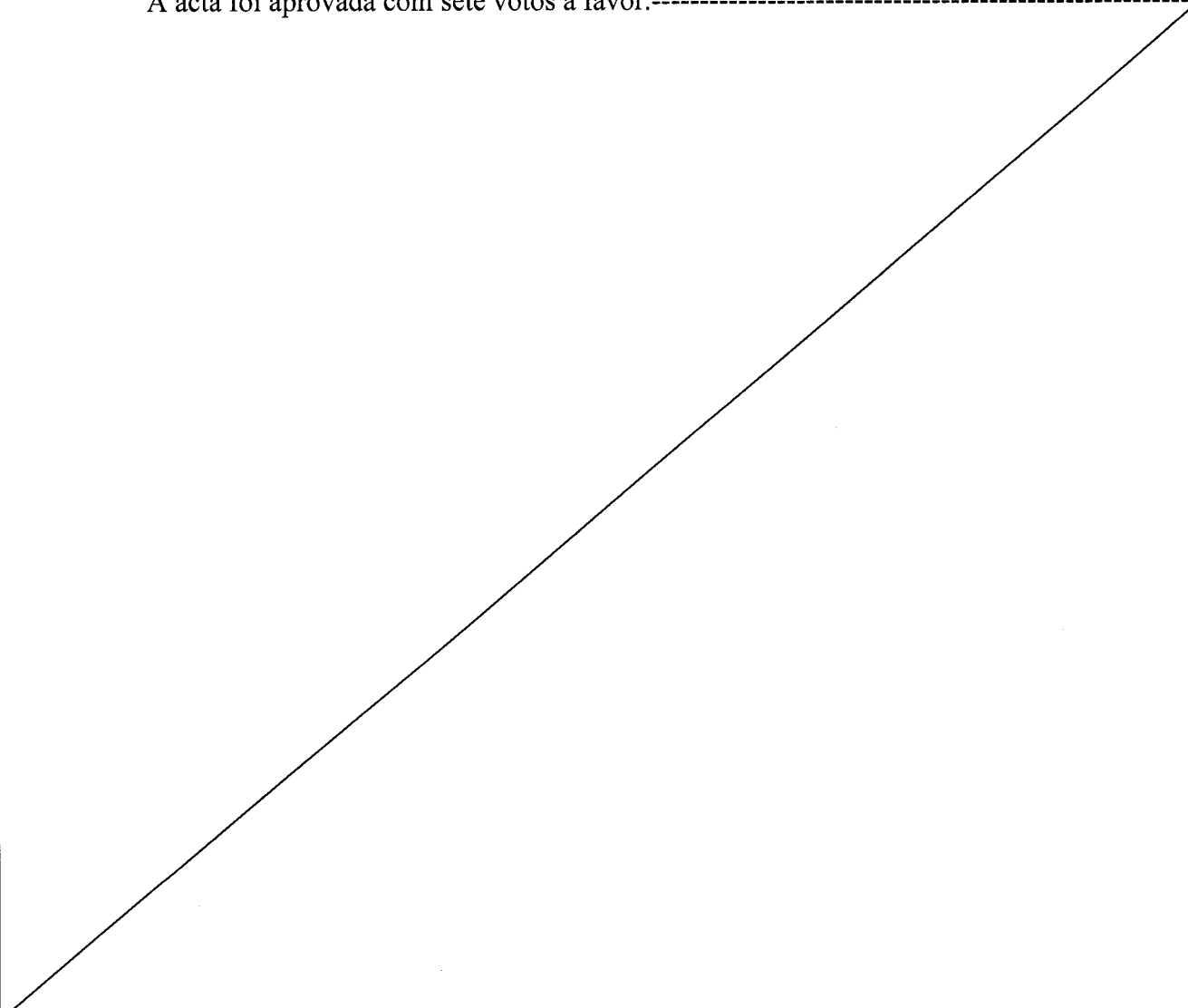
Handwritten signature and initials.

**3. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO  
DIA 21/07/2009.**-----

Presente a acta da reunião extraordinária realizada no dia vinte e um do corrente mês de Julho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**4. ALIENAÇÃO DE TERRENO À SOCIEDADE PT COMUNICAÇÕES, S.A.,  
DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇO DE  
CALL CENTER: ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA ALIENAÇÃO: RATIFICAÇÃO DE  
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara de dezassete do corrente mês de Julho, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes duas folhas, que decidiu alterar a condição n.º 3 constante da deliberação camarária de dez do corrente mês de Julho (item 2 da respectiva acta) relativa à alienação do terreno acima referido, que passou a ficar com a seguinte redacção:-----

*“3. O terreno é vendido na condição de a Portugal Telecom não utilizar o terreno para outro fim ou deslocalizar o investimento, no todo ou em parte, sem prévia autorização do município, e até dez anos contados da data da emissão da respectiva licença de utilização, sob pena da obrigação de pagamento ao município de Santo Tirso da quantia correspondente à diferença entre o valor real do terreno alienado e o preço acordado, quantia essa no montante de 229 426,00 € (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e vinte e seis euros), a actualizar de acordo com o índice de preço no consumidor, com exclusão da habitação, desde a data da celebração da escritura até à data do efectivo pagamento, no caso de não cumprimento da condição, condição esta que deve constar quer da escritura de compra e venda, quer do registo de aquisição a favor da PT Comunicações S.A.”-----*

O Senhor Presidente submeteu o referido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho e enviar o mesmo à assembleia municipal também para ratificação.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

09

## DESPACHO

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, decido alterar a condição nº 3 constante da deliberação camarária de dez do corrente mês de Julho (item 2 da respectiva acta), relativa à **Alienação de terreno à sociedade PT Comunicações, S.A.**, no sentido de que a mesma passe a ficar com a seguinte redacção:

*“3. O terreno é vendido na condição de a Portugal Telecom não utilizar o terreno para outro fim ou deslocalizar o investimento, no todo ou em parte, sem prévia autorização do município, e até dez anos contados da data da emissão da respectiva licença de utilização, sob pena da obrigação de pagamento ao município de Santo Tirso da quantia correspondente à diferença entre o valor real do terreno alienado e o preço acordado, quantia essa no montante de 229 426,00 € (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e vinte e seis euros), a actualizar de acordo com o índice de preço no consumidor, com exclusão da habitação, desde a data da celebração da escritura até à data do efectivo pagamento, no caso de não cumprimento da condição, condição esta que deve constar quer da escritura de compra e venda, quer do registo de aquisição a favor da PT Comunicações S.A.”*

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:

Ao referir-se na condição constante da aludida deliberação camarária “sob pena de obrigação de indemnizar o município pelos prejuízos sofridos, em particular a obrigação de pagamento da diferença entre o valor real do terreno alienado e o preço acordado” resulta que o município poderá ter direito a ser indemnizado por outros eventuais prejuízos, quando o que se pretende é apenas acautelar o direito ao pagamento da diferença entre o valor real do terreno e o preço acordado, em caso de não cumprimento da condição, tendo assim aquela deliberação ficado com uma redacção que não corresponde ao que foi acordado com a Portugal Telecom;

Acresce ainda que a Portugal Telecom veio agora transmitir que pelo facto de ser uma empresa cotada na Bolsa os revisores oficiais de contas da empresa comunicaram que teria que ficar já a constar da escritura qual o valor da diferença entre o valor real do terreno e o preço acordado;

O valor real do terreno, conforme avaliação efectuada por perito da lista oficial, datada de quatro de Setembro de dois mil e oito, junta ao respectivo



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

10

processo, corresponde ao preço unitário de 68,00 € /m<sup>2</sup>, o que perfaz o valor global de 499 426,00 € (quatrocentos e noventa e nove mil quatrocentos e vinte e seis euros);

Assim, a diferença entre o valor real e o valor acordado é de 229 426,00 € (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e vinte e seis euros);

A escritura de compra e venda está já marcada para o próximo dia 20 do corrente mês de Julho, no acto da qual o município irá receber o preço acordado, havendo inconveniente na desmarcação da data da escritura, quer por razões de agenda dos vários intervenientes, quer porque se fosse adiada teria que ficar para o mês de Setembro, face ao período de férias em que entramos;

Não é possível, em tempo útil, reunir extraordinariamente nem a Câmara Municipal nem a Assembleia Municipal.

Entendemos que do presente despacho não resulta qualquer prejuízo para o município já que o valor real do terreno está fundamentado em avaliação efectuada por perito da lista oficial, escolhido pela Câmara;

Sucede ainda que também por razões de certeza jurídica é conveniente que fique desde já estipulado qual o valor real do terreno nesta data.

Altere-se a redacção da minuta da escritura já enviada para a Notária e remeta-se à próxima reunião ordinária da Câmara Municipal para ratificação.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 17 de Julho de 2009

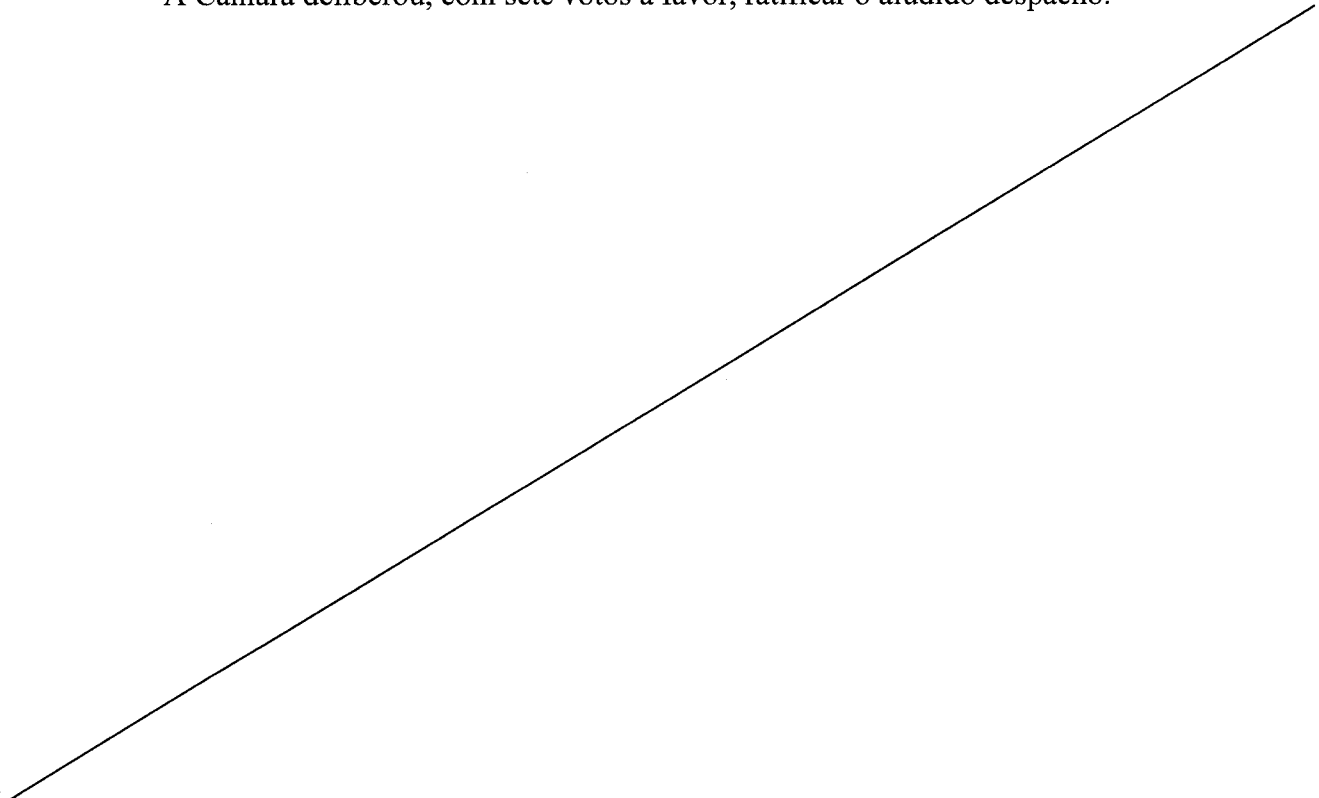
O Presidente da Câmara Municipal,



**5. EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DA EBI DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – PROTOCOLO COM A DREN”: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**

Presente o despacho do Presidente da Câmara de vinte e três do corrente mês de Julho, do qual se anexa cópia à presente acta a dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas, que decidiu prorrogar o prazo para entrega das propostas relativas à empreitada acima referida, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação camarária de vinte de Maio último, até às 17,00 horas do dia vinte e quatro do corrente mês de Julho, pelo facto de alguns interessados não terem conseguido apresentar a proposta dentro do prazo previsto, devido a dificuldades de ordem técnica na submissão das propostas na plataforma electrónica VortalGov, o que foi atestado pela Vortal.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

## DESPACHO

Determino, ao abrigo do disposto no nº 3 do art. 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, a prorrogação do prazo de entrega das propostas até às 17h do dia 24 de Julho de 2009, com fundamento na informação do júri do concurso denominado "Construção da EBI de S. Tomé de Negrelos - Protocolo com a DREN", datada de 23 de Julho de 2009, cujo teor se tem aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais.

Informe-se todos os interessados através de anúncio publicado na plataforma electrónica.

Remeta-se o presente despacho á próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso, e Paços do Concelho, 23 de Julho de 2009,

O Presidente,

Castro Fernandes (Eng.º)

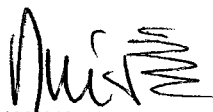
**Empreitada : "Construção da EBI de S. Tomé de Negrelos –  
Protocolo com a DREN"**

**Assunto: Prorrogação do prazo de entrega das propostas**

Tendo sido alegados dificuldades de ordem técnica na submissão de propostas na plataforma electrónica VortalGov, por parte de alguns concorrentes, o que foi atestado pela Vortal, julga-se de prorrogar o prazo de apresentação das propostas até às 17:00 horas do dia 24 de Julho de 2009, nos termos do disposto nos nºs 2 de 4 do art. 18º do Decreto-Lei 143-A/2009 de 25 de Julho.

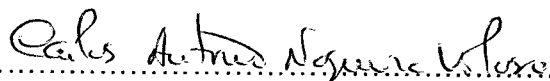
23 de Julho de 2009

O Júri do Concurso:

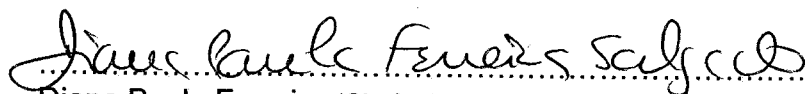


Presidente do Júri

Luís Gonzaga da Silva Freitas (Vereador e Vice Presidente)



Carlos António Nogueira Veloso (Director de Departamento)



Diana Paula Ferreira (Chefe de Divisão)



**6. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA DE “ROTUNDA DE ACESSO A FONTISCOS / ZONA INDUSTRIAL DA POUPA – SANTO TIRSO”: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CEDÊNCIA.**-----

Presente informação de vinte e um do corrente mês de Julho, da Divisão Jurídica e do Contencioso, a comunicar o resultado das negociações desenvolvidas com a sociedade por quotas Rui & Valdemar Lda com vista à aquisição de uma parcela de terreno com a área de 929,00 m<sup>2</sup> (novecentos e vinte e nove metros quadrados) necessária para execução da obra acima referida.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso consta o projecto “Requalificação da Área Industrial da Poupá”(objectivo 3.2; projecto 02 2008 47), no qual se integra a obra denominada “Rotunda de Acesso a Fontiscos / Zona Industrial da Poupá – Santo Tirso”, para a qual é necessária a parcela de terreno abaixo identificada;-----

Os representantes legais da sociedade proprietária do terreno aceitaram ceder o mesmo gratuitamente ao município, nas seguintes condições:-----

a) Consideração da área cedida em futuras operações urbanísticas a realizar no prédio do qual a referida parcela de terreno será desanexada;-----

b) Reconstrução do muro de vedação em condições semelhantes às actualmente existentes, na área da intervenção da obra.-----

As condições de cedência são aceitáveis, quer atendendo à área de terreno a adquirir pelo município, cujo valor é certamente superior ao custo das obras relativas à reconstrução do muro de vedação, quer atendendo ao facto de a condição referida em b) ser um direito que assiste aos proprietários;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara delibere aceitar a cedência ao domínio público do município da parcela de terreno identificada na minuta do contrato de cedência que se anexa à

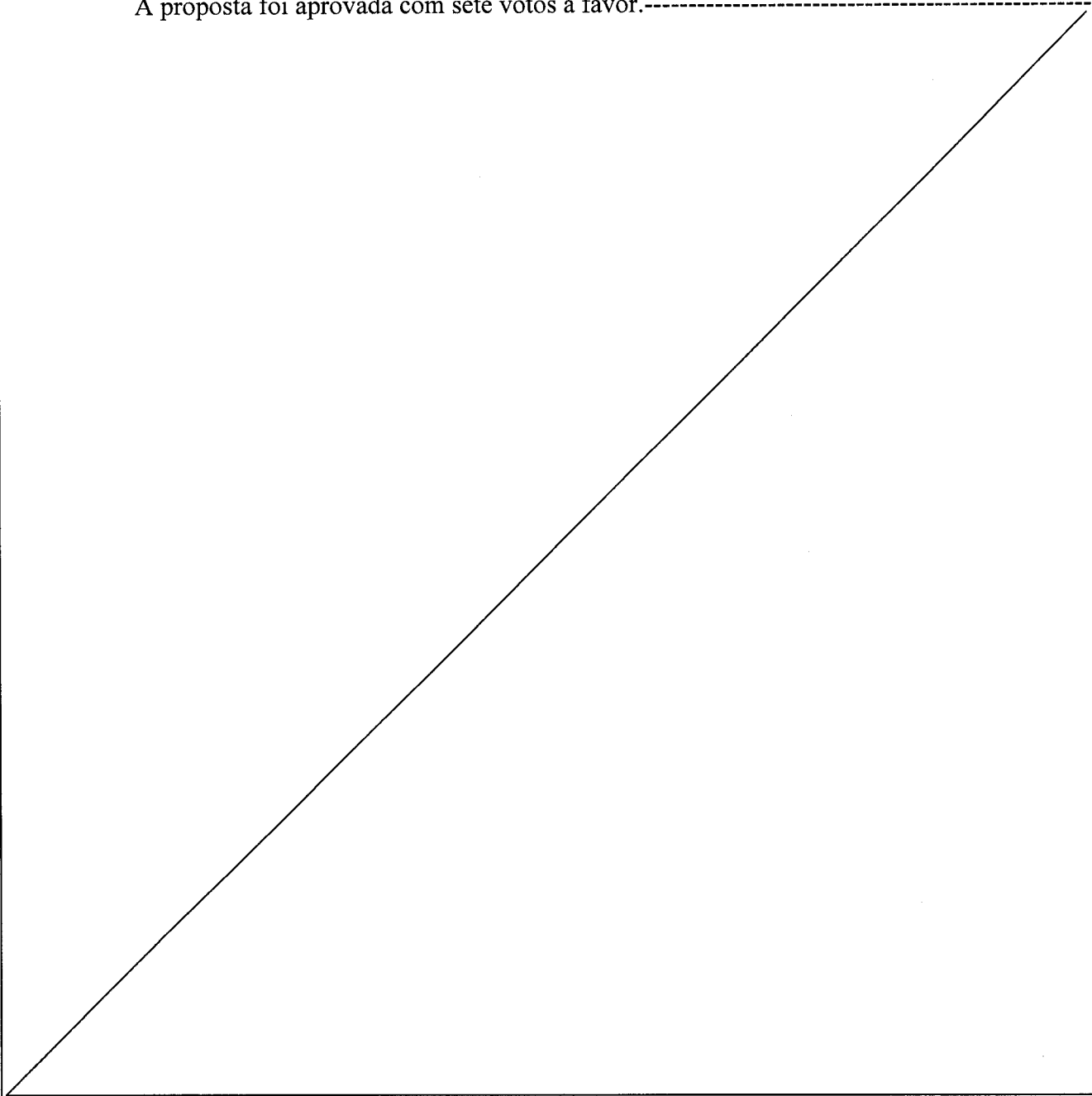


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por três folhas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**7. AQUISIÇÃO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “CAMINHO PEDONAL EM S. TIAGO DA CARREIRA – SANTO TIRSO”: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR DUAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS PARA O EFEITO.**-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Na prossecução das atribuições do município nas áreas do equipamento rural e urbano e dos tempos livres e desporto, nomeadamente a realização de investimento em arruamentos, espaços verdes e infra-estruturas de apoio à prática desportiva e recreativa (artigos 16º, alíneas a) e b) e 21º, n.º 1, alínea b) da Lei 159/99, de 14 de Setembro), pretende a Câmara Municipal de Santo Tirso proceder à execução do projecto denominado “Caminho Pedonal em S. Tiago da Carreira – Santo Tirso”, cujo contrato de empreitada foi já celebrado em vinte e sete de Novembro de dois mil e oito, tendo dado início á execução da obra em dois de Dezembro do mesmo ano;-----

A aquisição dos terrenos necessários consta do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovado pela Assembleia Municipal em dez de Dezembro de dois mil e oito (objectivo 2.4.2; Código / Ano/Número da acção: 01/2007/50, classificação económica: 07010408), tendo já sido adquirida uma parcela de terreno para o efeito, e negociadas as condições de aquisição de mais quatro parcelas, conforme consta da deliberação camarária de catorze de Maio de dois mil e oito (item seis da respectiva acta);-----

Entretanto, os proprietários de duas parcelas de terreno (parcelas identificadas com os números 3 e 4 naquela deliberação camarária) romperam o acordo a que chegaram com a câmara, tendo comunicado que não se dispõem a alienar as mesmas pela via do direito privado, conforme se refere na informação da Divisão Jurídica e do Contencioso de vinte e três do corrente mês de Julho, registada com o número dez mil trezentos e dez;-----

A obra em causa é de relevante interesse municipal, pois irá permitir uma ligação pedonal entre a igreja da freguesia de S. Tiago da Carreira e a Rua de Parada, da mesma freguesia, com acesso ao Centro de Dia em construção, estando previsto também no projecto a criação de um parque de





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

merendas e uma zona de estacionamento, conforme resulta da planta do projecto de arquitectura que se anexa à presente acta e dela fica fazer parte integrante constituindo o Anexo II da mesma;-----

É urgente retomar os trabalhos da empreitada face aos prejuízos decorrentes para o interesse público em virtude da suspensão da mesma, nomeadamente o pagamento de indemnizações ao adjudicatário;-----

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 10º do Código das Expropriações e art.º 11º do mesmo Código, solicitou-se a perito da lista oficial que procedesse à avaliação das parcelas de terreno a expropriar, sendo que, de acordo com os respectivos relatórios de avaliação datados de quinze de Janeiro de 2008, juntos ao respectivo processo administrativo, a previsão dos encargos a suportar com a expropriação das parcelas de terreno a seguir descritas é de 2.734,20 € (dois mil setecentos e trinta quatro euros e vinte cêntimos), valor que se encontra cativo na referida rubrica orçamental;-----

Como se disse, o desenvolvimento dos trabalhos não se compadece com mais atrasos, sendo urgente a expropriação dos terrenos e a posse administrativa dos mesmos;-----

Há assim necessidade de se dar início ao processo de expropriação dos terrenos ainda não adquiridos, tomando-se a resolução de expropriar prevista no art.º 10º do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro;-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara, ao abrigo do disposto no referido art.º 10º e art.º 64º, n.º 7, alínea c), da Lei 169/99, de 18 Setembro, delibere requerer ao Ministro competente a declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno a seguir descritas e melhor identificadas nas plantas anexa à presente acta e da qual ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas, com carácter de urgência, bem como autorização para tomar posse administrativa dos bens a expropriar, em virtude de se mostrar urgente a prossecução dos trabalhos da respectiva empreitada;-----

De harmonia com o Plano Director Municipal em vigor, os bens a expropriar estão



incluídos em zona da Reserva Agrícola Nacional, conforme extracto da Planta de Ordenamento daquele instrumento de gestão territorial que se anexa à presente acta e dela fica igualmente a fazer parte integrante, constituindo a folha vinte e duas da mesma;-----

**PARCELAS DE TERRENO A EXPROPRIAR:**

**Parcela 1**

Parcela de terreno com a área de 93,42 m<sup>2</sup> (noventa e três vírgula quarenta e dois metros quadrados), sita no lugar de Parada ou Brandariz, da freguesia de S. Tiago da Carreira, concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte e Nascente com parte sobrance do prédio, e de Sul e Poente com caminho público, que é a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 522/20080507 (cinco dois dois / dois zero zero oito zero cinco zero sete) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 220 (duzentos e vinte), correspondente ao artigo 320 da antiga matriz, propriedade de António Jorge Monteiro, casado em regime de comunhão de adquiridos com Maria Luísa de Matos Pães de Faria Monteiro, residente na Rua M.R. Silva, n.º 123, freguesia de Lorgelo, concelho de Paredes, sendo desconhecidos quaisquer outros interessados na expropriação desta parcela de terreno, para os fins previstos no respectivo Código das Expropriações, de harmonia com o disposto no artº 9º daquele Código;-----

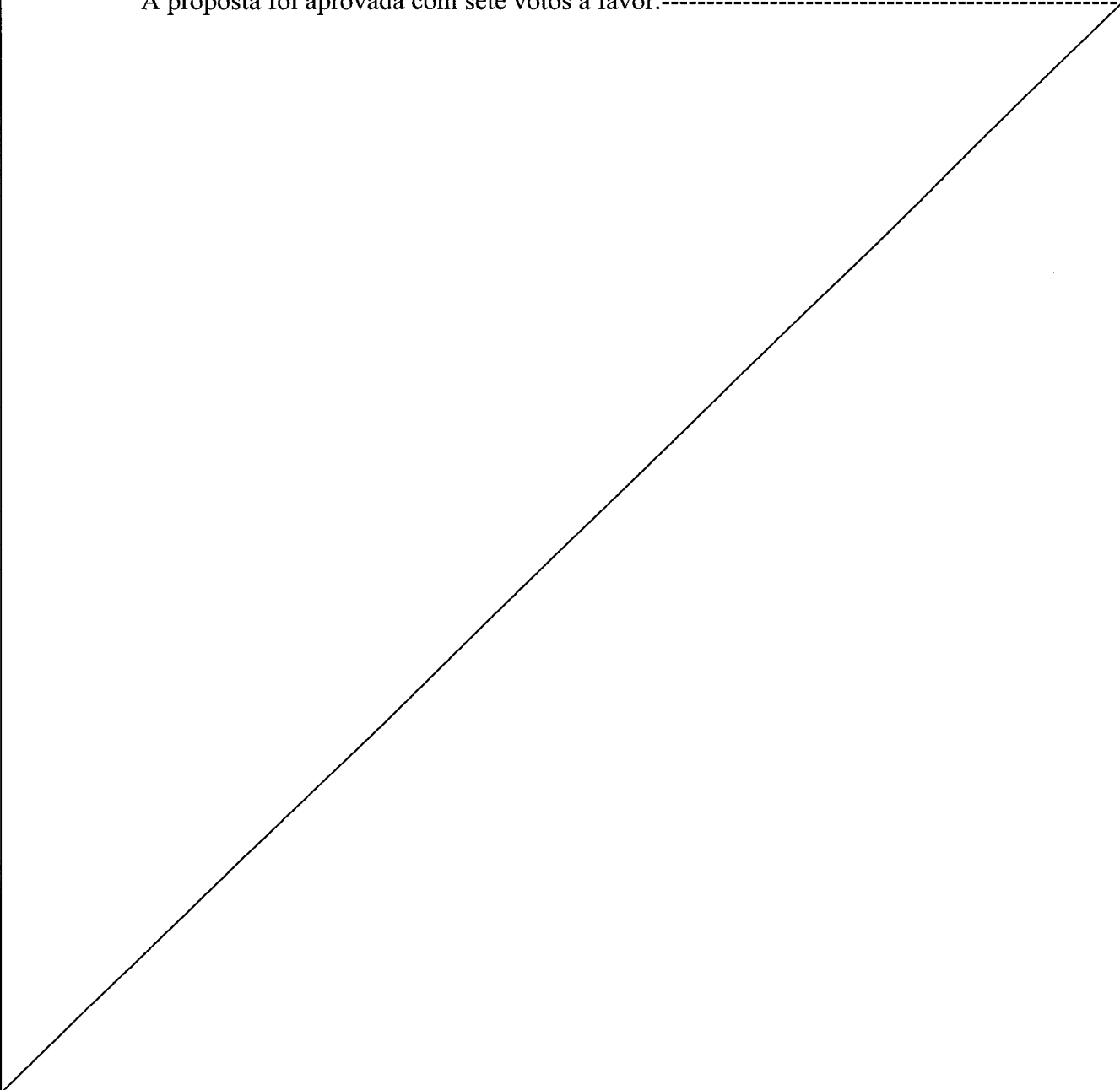
**Parcela 2**

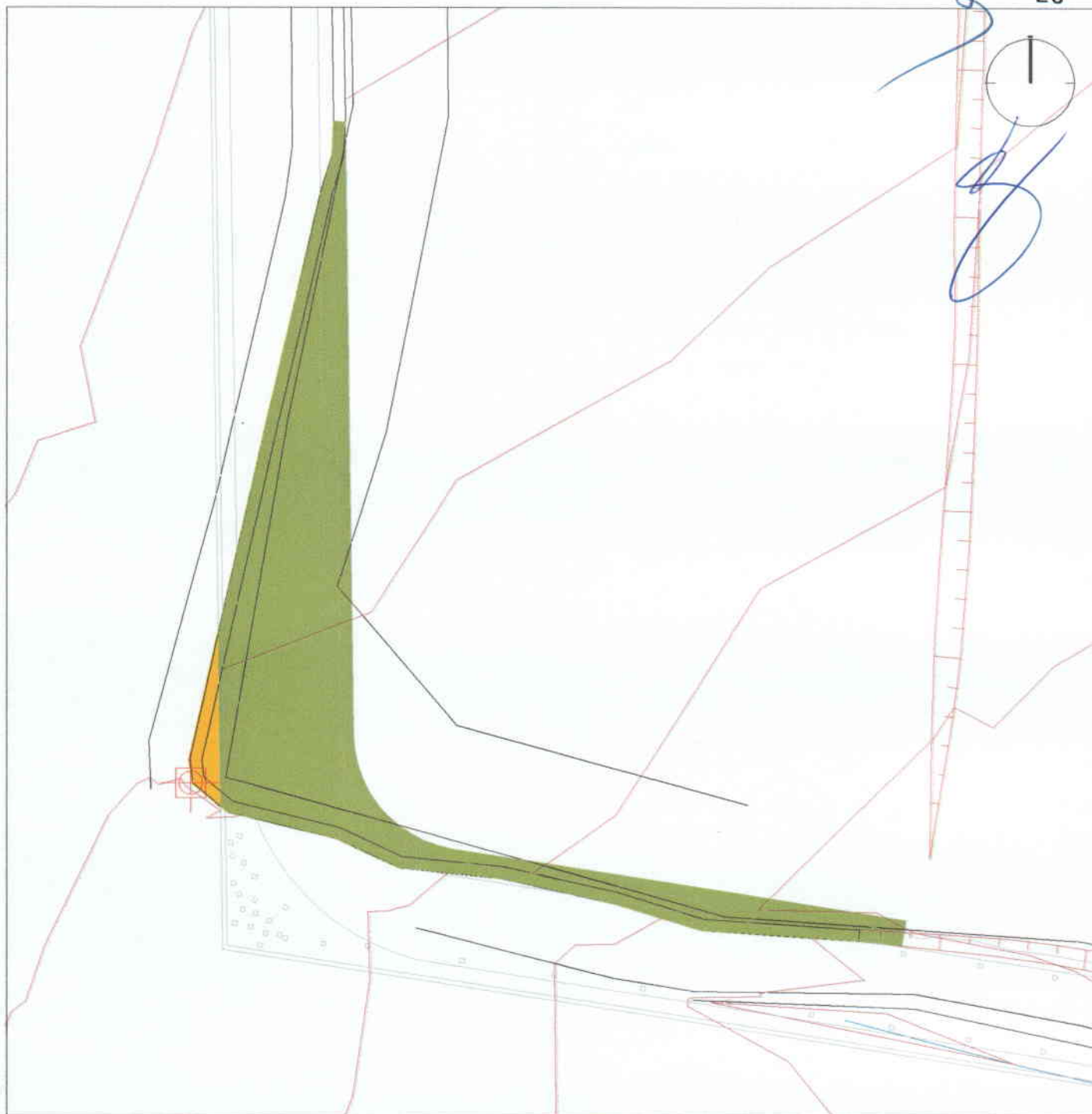
Parcela de terreno com a área de 80,01 m<sup>2</sup> (oitenta vírgula zero um metros quadrados), sita no mesmo lugar e freguesia, a confrontar de Norte com Caminho Público, de Sul com parte sobrance do prédio, de Nascente com Maria José Azevedo e filhos e do Poente com Elvira Carneiro Devesa e Filhos, que é a desanexar de um prédio rústico cujas descrição e inscrição na Conservatória do Registo Predial e na matriz predial são desconhecidas, que é compropriedade de António Jorge Monteiro (proprietário da parcela 3) e Manuel Jorge Monteiro, casado em regime de separação de bens com Maria Manuela da Costa Matos, residente na E.N. 105, n.º 1319, freguesia de Santiago da Carreira, concelho de Santo Tirso, sendo desconhecidos quaisquer outros interessados na



expropriação desta parcela de terreno, para os fins previstos no respectivo Código das Expropriações, de harmonia com o disposto no artº 9º daquele Código;-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Parcela P1 - 93,42 m2

**Proprietário**

António Jorge Monteiro (Eng.)



Parcela Sobrante - 3,39 m2

**Proprietário**

António Jorge Monteiro (Eng.)



**Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros**

X = -28088,814 Y = 181446,485

**Confrontações**

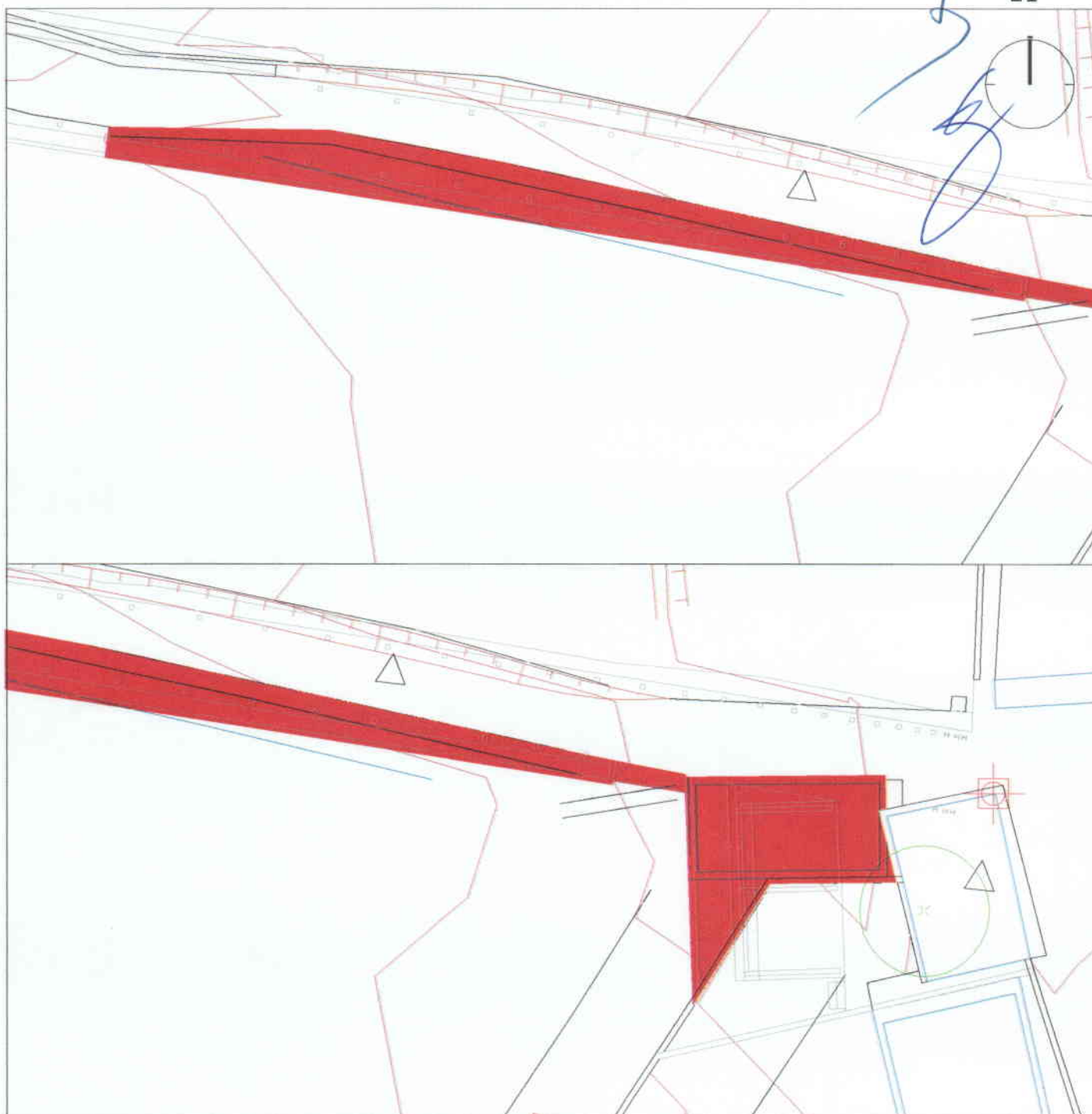
Norte - António Jorge Monteiro (Eng.)

Sul - Caminho Público

Nascente - António Jorge Monteiro (Eng.)

Poente - Caminho Público





Parcela P2 - 80,01 m2

**Proprietário**

Manuel Jorge Monteiro e António Jorge Monteiro



Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

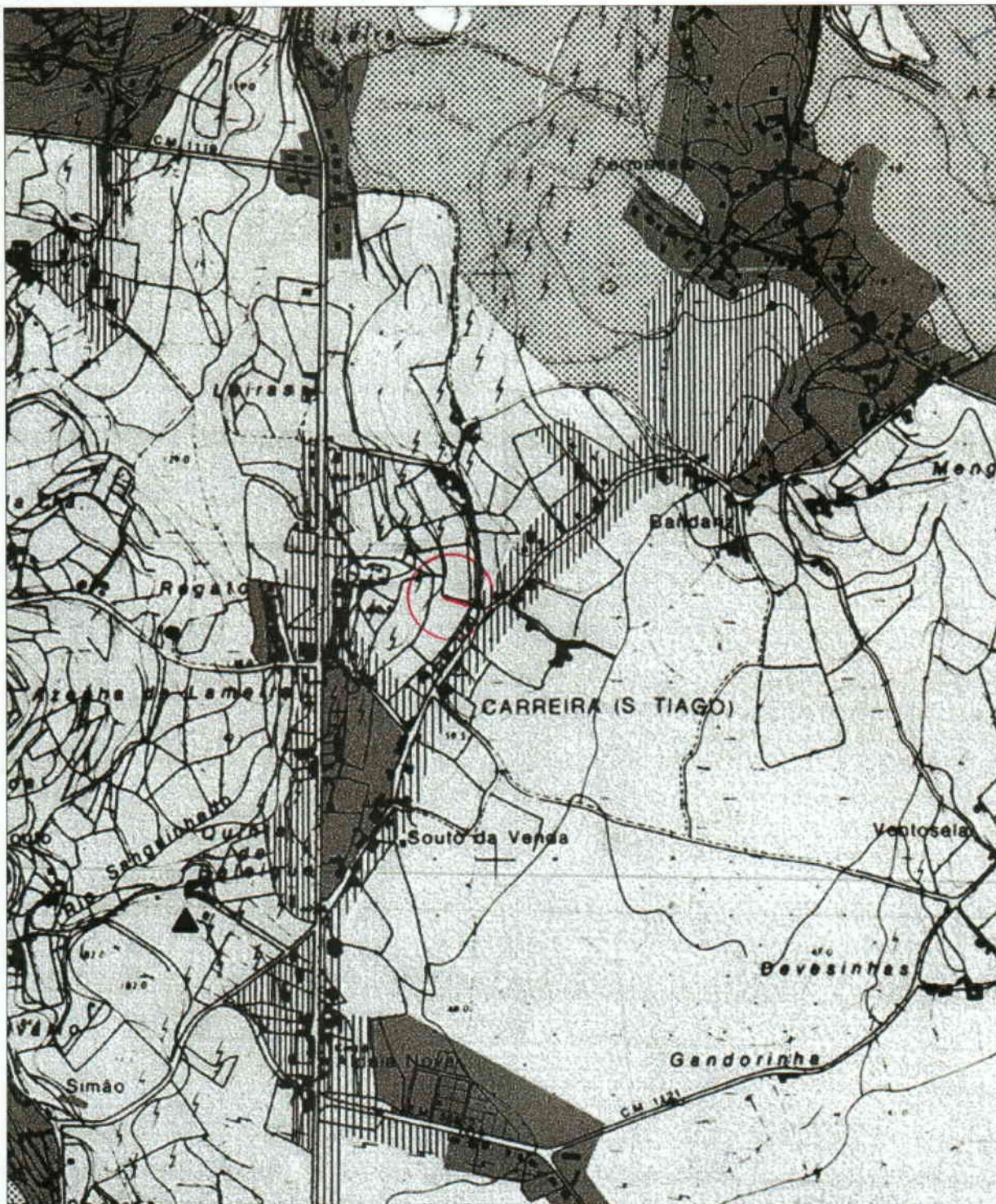
X = -28027.824 Y = 181433.240

**Confrontações**

Norte - Caminho Público  
Sul - Manuel Jorge Monteiro e António Jorge Monteiro  
Nascente - Maria José de Azevedo e filhos  
Poente - Elvira Carneiro Devesa e filhos



Câmara Municipal de Santo Tirso  
Departamento de Planeamento e Habitação



(x,y): -28835,3;180406,6

Escala 1/10 000

0 100 500 1000m

## EXTRACTO DA PLANTA DE ORDENAMENTO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Zona de construção do Tipo I	Zona industrial e de armazenagem	Áreas de salvaguarda estrita	Limite de unidade operativa
Zona de construção do Tipo II	Zona de equipamento	Vias e arruamentos propostos	Imóvel de interesse concelhio
Zona de construção do Tipo III	Áreas não urbanas	Vias nacionais projectadas	Limite do concelho

Planta nº 10116

Emitida em 28-07-2009

Guia nº

Processo nº

Requerente:

O Técnico autor do projecto

Data



## 8. OUTROS SUBSÍDIOS

### **A) Proposta de Atribuição de subsídios para Colónias de férias / 2009: Aditamento à deliberação camarária de 17 de Junho findo (item sete da respectiva acta).-----**

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara municipal, em aditamento à deliberação camarária acima referida e ao abrigo da competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere atribuir os subsídios abaixo discriminados, no valor total de 14.370,00 € (catorze mil trezentos e setenta euros), para ajudar as entidades beneficiárias a custear as despesas que têm com a organização de colónias de férias.-----

- Ass. de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Parada - Carreira-----  
----- 260,00 € (duzentos e sessenta euros)
- Centro de Ocupação de Tempos Livres de Santo Tirso-----1200,00 € (mil e duzentos euros)
- Irmandade e Santa casa da Misericórdia de Santo Tirso-----650,00 € (seiscentos e cinquenta euros)
- Agrupamento Vertical do Ave-----200,00 € (duzentos euros)
- Ass. de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos Lamelas-----  
-----950,00€ (novecentos e cinquenta euros)
- Agrupamentos de Escolas de S. Martinho-----150,00 € (cento e cinquenta euros)
- Ass. de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Campinhos - Agrela-----  
-----1100,00 € (mil e cem euros)
- Associação de Pais da Escola Primária e Pré-primária de Guimarei-----700,00 € (setecentos euros)
- Junta de Freguesia de Areias -----1200,00 € (mil e duzentos euros)
- Ass. de Pais da EB1 de Aldeia Nova - Rebordões-----700,00 € (setecentos euros)
- Junta de Freguesia da Palmeira-----1250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros)
- União Desportiva e Social de Roriz-----500,00 € (quinhentos euros)
- Ass. de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe-----900,00 € (novecentos euros)
- Junta de Freguesia de S. Mamede de Negrelos-----1500,00 € (mil e quinhentos euros)

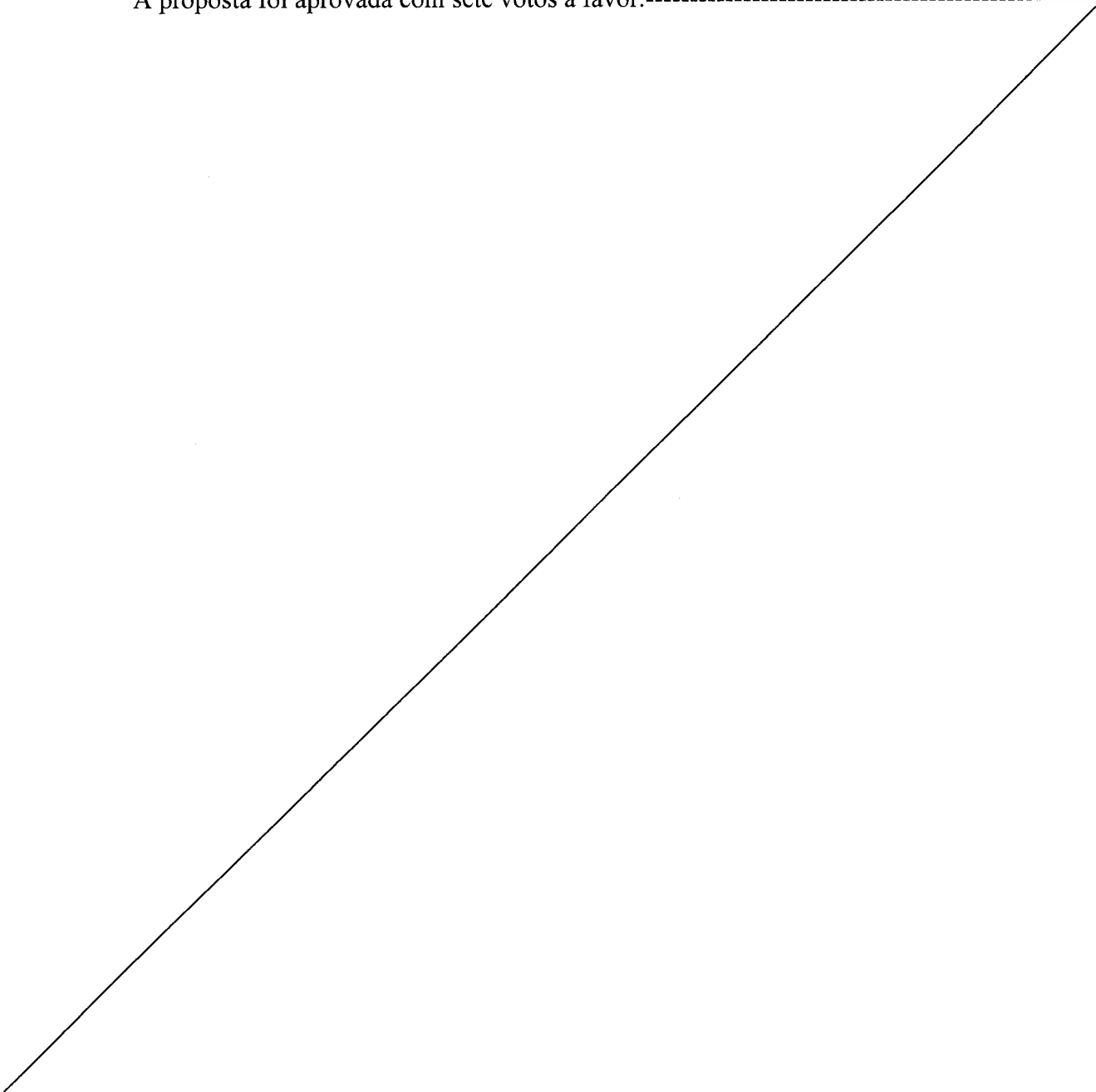


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

- Centro Paroquial de S. Julião de Água Longa -----360,00 € (trezentos e sessenta euros)
- Associação do Infantário de Vila das Aves-----2750,00 € (dois mil setecentos e cinquenta euros)

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----







**8. B) COMPARTICIPAÇÃO DO CUSTO DAS REFEIÇÕES FORNECIDAS AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PERTENCENTES A AGREGADOS FAMILIARES CARENCIADOS, PARA O ANO LECTIVO 2009/2010 -----**

Presente informação de vinte e três do corrente mês de Julho, da Divisão da Educação, registada com o número dez mil trezentos e dezasseis, a comunicar que de acordo com o disposto no Decreto-Lei 55/2009, de 02 de Março, compete aos municípios participar no custo das refeições dos alunos pertencentes a agregados familiares carenciados que frequentem o ensino básico.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentados as seguintes propostas: -----

A) Que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio mensal às entidades gestoras dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino identificados na aludida informação da Divisão de Educação, destinado a participar o custo das refeições fornecidas aos alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico pertencentes a agregados familiares carenciados. -----

O montante do subsídio mensal a atribuir será calculado em função do número de refeições fornecidas aos alunos beneficiários do subsídio de alimentação, da comparticipação atribuída a cada aluno (100% para alunos do escalão A e 50% para alunos do escalão B) e do preço máximo por refeição que vier a ser fixado por despacho ministerial, cujo pagamento será processado pela Divisão de Gestão Financeira mediante prévio despacho do Presidente da Câmara, fundamentado em informação da Divisão de Educação sobre o número de refeições fornecidas aos alunos beneficiários do subsídio no mês respectivo.-----

B) Relativamente aos alunos beneficiários do subsídio de alimentação que frequentam os estabelecimentos de ensino cujos refeitórios escolares estão sob gestão da sociedade Lourenço & Nóbrega Lda, conforme contrato de prestação de serviços celebrado entre esta autarquia e aquela sociedade em cinco de Janeiro último, propõe-se que a Câmara Municipal assuma o encargo correspondente ao diferencial entre o preço legalmente previsto para as refeições em refeitórios escolares, que será fixado por despacho ministerial, e a quota-parte a suportar pelos alunos.-----

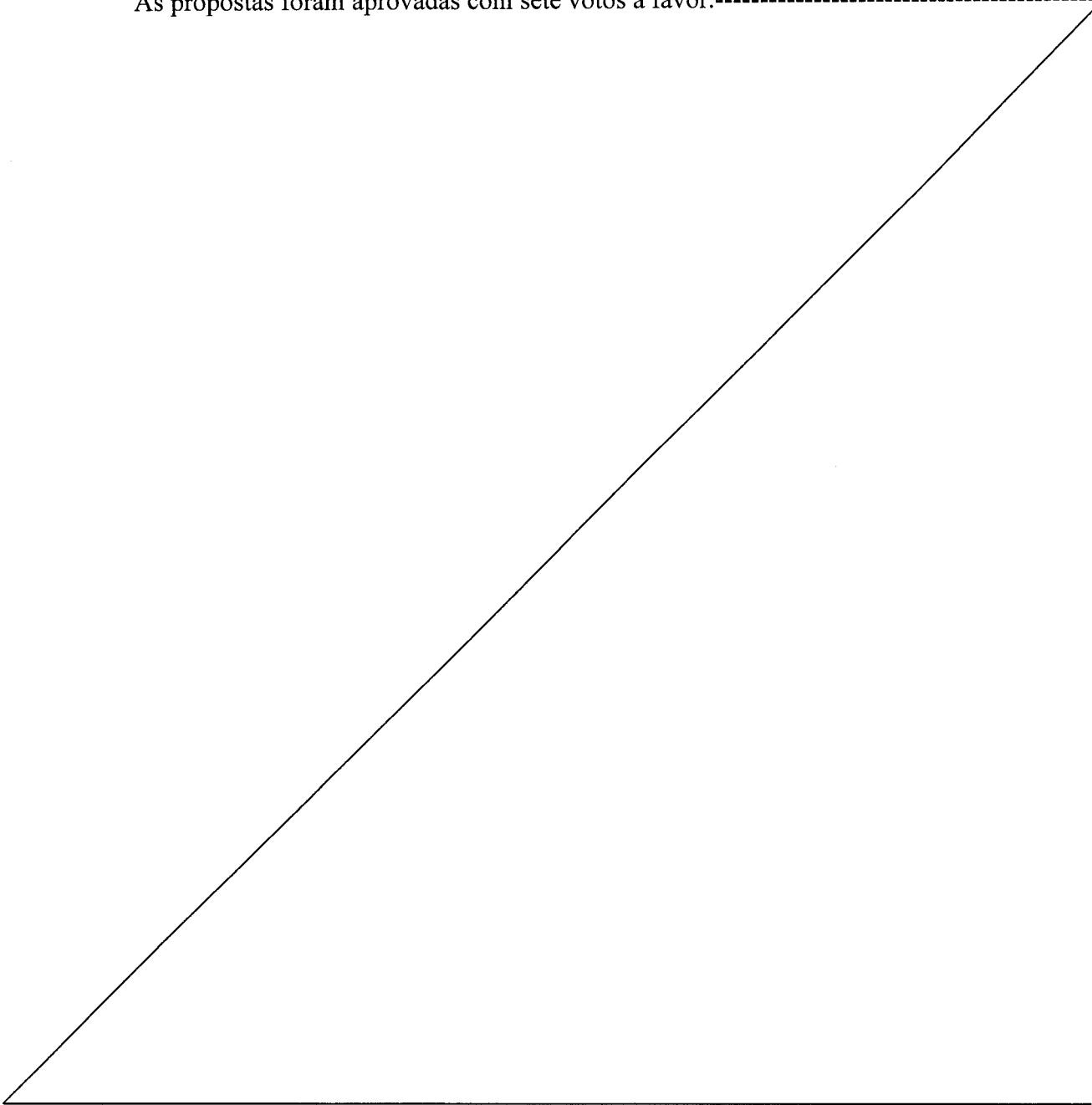


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Os estabelecimentos de ensino cujos refeitórios escolares estão sob a gestão daquela sociedade constam igualmente da aludida informação da Divisão de Educação.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----



**8. C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR – ANO LECTIVO 2009/2010.**-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, à semelhança dos anos anteriores e em conformidade com a informação da Divisão de Educação de vinte e três do corrente mês de Julho, registada com o número dez mil trezentos e catorze, deliberasse, para efeitos de cumprimento do previsto no Decreto –Lei 55/2009, de 02 de Março, atribuir um subsidio aos agrupamentos das escolas abaixo identificadas, destinado a suportar as despesas com a aquisição de livros e material escolar, para alunos carenciados, durante o ano lectivo de 2009/2010, totalizando o montante de 40.921,00 € (quarenta mil novecentos e vinte um euros).-----

Agrupamento Vertical de Santo Tirso -----12.325,00 €  
(doze mil trezentos e vinte e cinco euros).-----

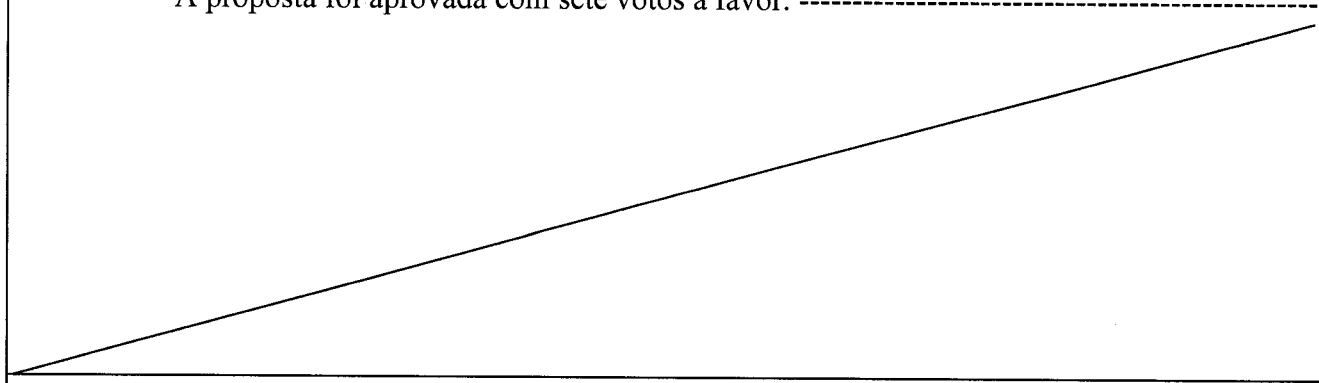
Agrupamento Vertical do Ave -----8.171,00 €  
(oito mil cento e setenta e um euros).-----

Agrupamento Vertical d' Agrela e Vale do Leça -----6.950,00 €  
(seis mil novecentos e cinquenta euros).-----

Agrupamento Vertical de S. Martinho -----12.400,00 €  
(doze mil e quatrocentos euros).-----

EBI Aves / S. Tomé de Negrelos -----1.075,00 €  
(mil e setenta e cinco euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor. -----





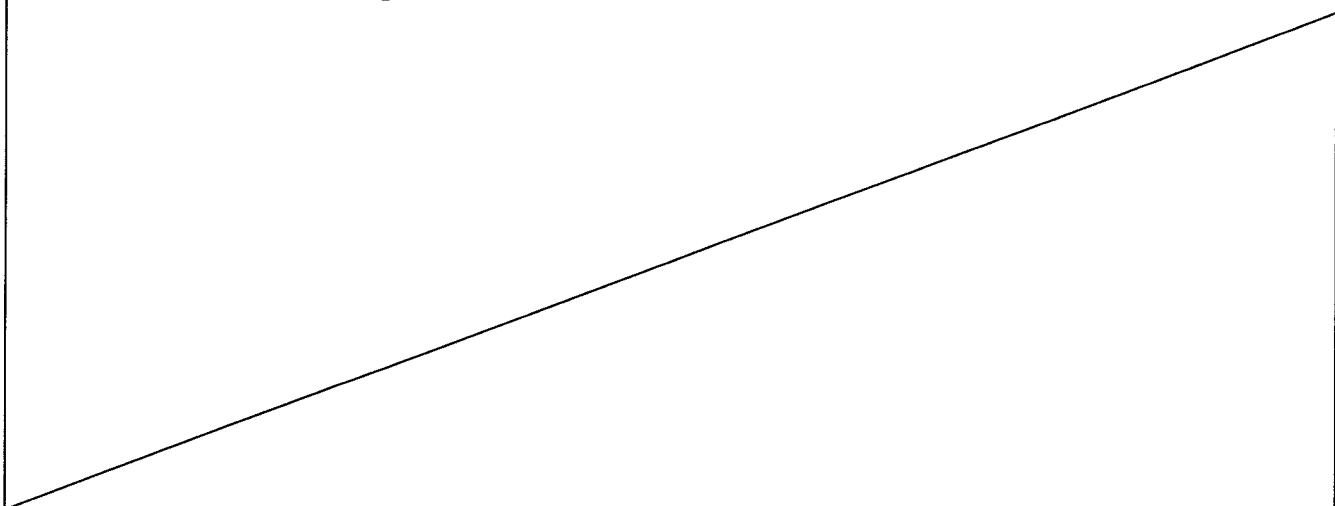
**8. D) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS PARA FAZER FACE A DESPESAS COM PESSOAL NÃO DOCENTE QUE DESEMPENHA SERVIÇO À TAREFA NAS ESCOLAS DO CONCELHO: REFORÇO DOS SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 11/02/2009.**-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e três do corrente mês de Julho, registada com o número dez mil trezentos e treze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir às entidades abaixo identificadas os montantes dos subsídios referidos, para fazer face a despesas com o pessoal não docente que desempenha serviço à tarefa e imprescindível para o bom funcionamento das escolas, em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de 11 de Fevereiro último (item onze da respectiva acta).-----

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola C+S de S. Martinho do Campo e Área Pedagógica Periférica-----1.400,00 € (mil e quatrocentos euros)
- APEN – Associação de Pais das Escolas de Negrelos-----1.200,00 € (mil e duzentos euros)
- Associação de Pais da Escola EB 2 3 de Agrela-----1.300,00 € (mil e trezentos euros)

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**8. E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO – “ IX MILHA URBANA DE SANTO TIRSO”-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a excelente aceitação da prova denominada “Milha Urbana” nas localidades onde a mesma se tem realizado com o apoio da Federação Portuguesa de Atletismo;-----

Considerando que é uma das duas provas que se realizam este ano no nosso concelho integradas no calendário oficial da Federação Portuguesa de Atletismo; -----

Considerando a presença de atletas de prestígio, a nível regional e nacional, e a grande participação dos munícipes e do público em geral;-----

Considerando a elevada repercussão nos meios de comunicação social e a correspondente, promoção do concelho de Santo Tirso;-----

Considerando o trabalho que o Centro de Atletismo de Santo Tirso está a desenvolver, em colaboração com a Câmara, para a realização desta prova;-----

**PROPONHO:-----**

A atribuição de um subsídio extraordinário no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) ao C.A.S.T. - Centro de Atletismo de Santo Tirso, para ajudar a custear algumas das despesas com a preparação e organização da “IX Milha Urbana de Santo Tirso”-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

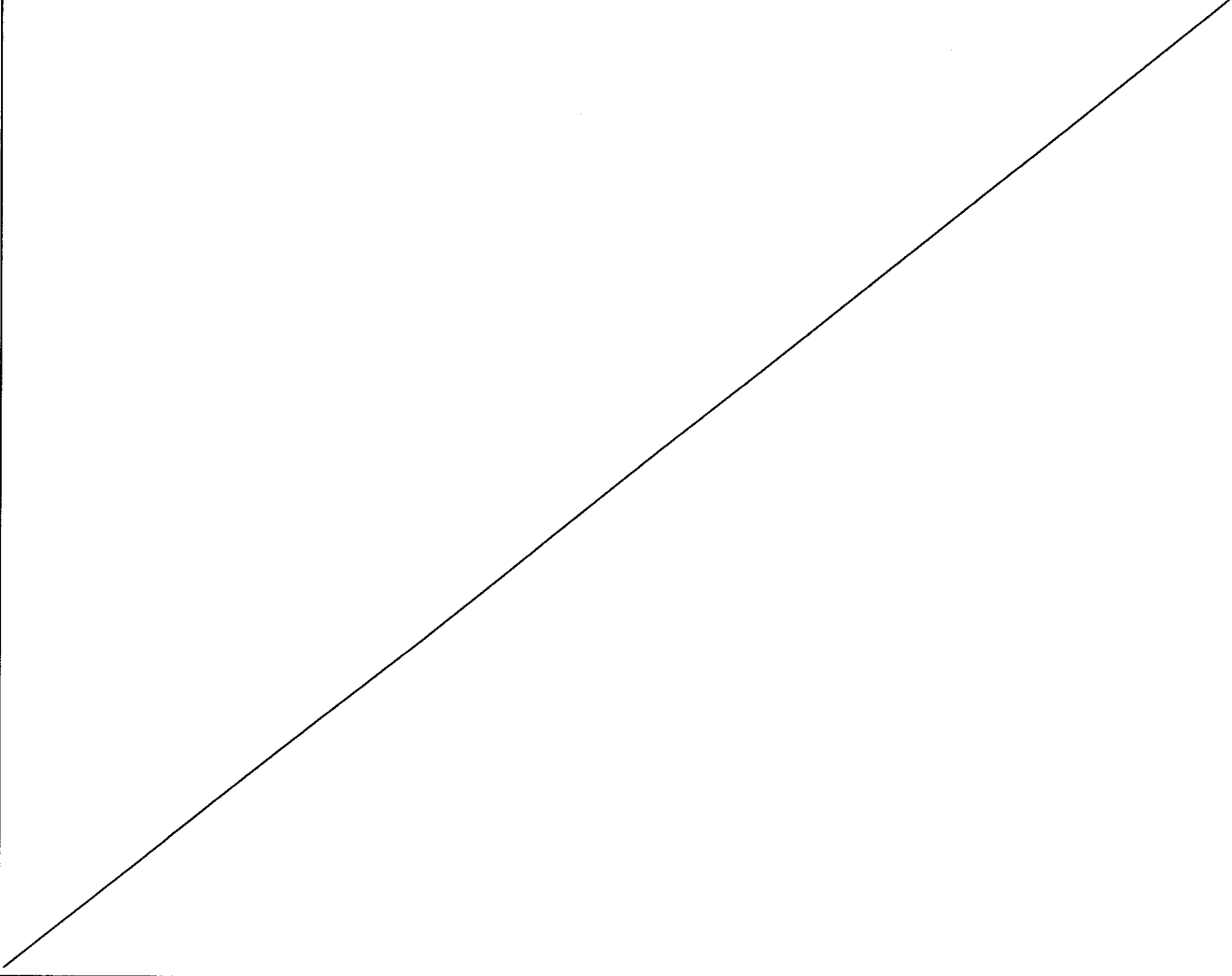


**8. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: “FESTAS DA VILA”/2009.-----**

Presente ofício de vinte e cinco de Maio último, da Junta de Freguesia de Rebordões, registado com o número sete mil e setenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 12º aniversário da elevação da freguesia de Rebordões à categoria de Vila, que tiveram lugar no dia vinte de Junho findo.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões um subsídio no montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**8. G) MOTO CLUBE CAMPENSE – S. MARTINHO DO CAMPO:  
CONCENTRAÇÃO DE MOTARDS-----**

Presente ofício de vinte e nove de Junho findo, da associação acima identificada, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização da Concentração de Motards, que terá lugar nos próximos dias trinta e um de Julho a dois de Agosto.----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à associação Moto Clube Campense um subsídio no montante de 250 € (duzentos e cinquenta euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

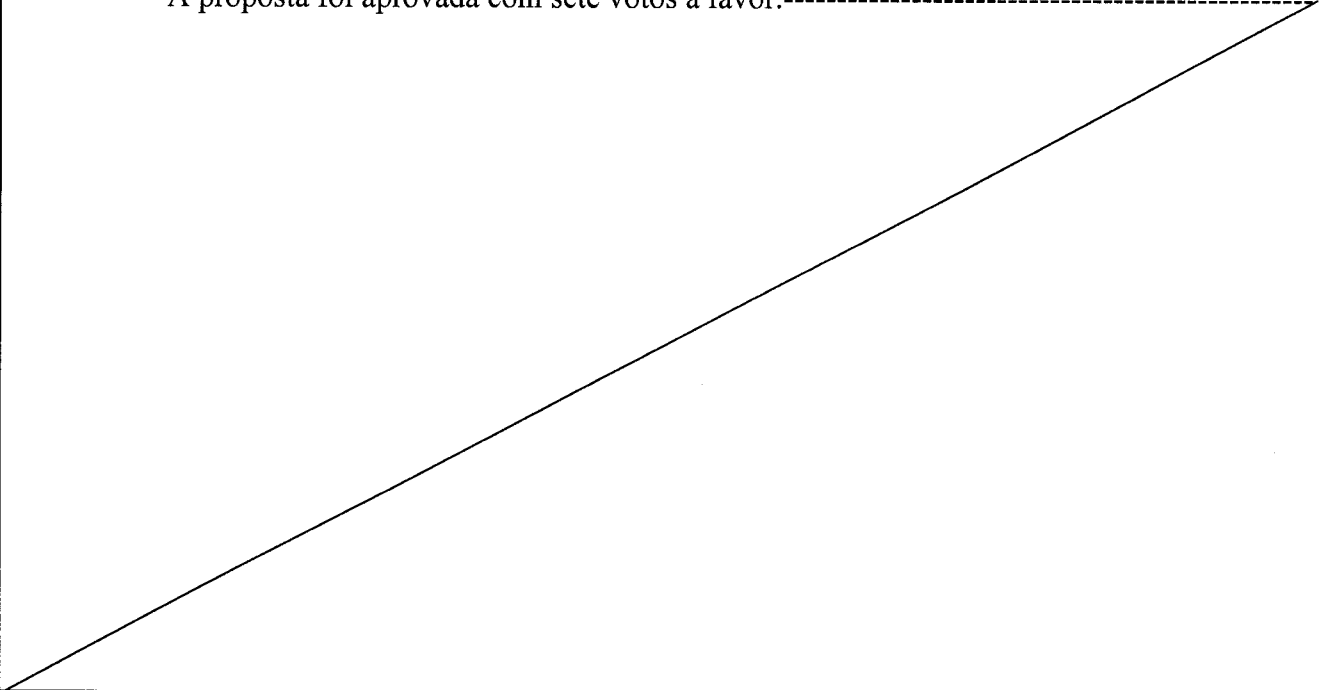


**8. H) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ESCOLA EB 2 3 DE VILA DAS AVES: SUBSTITUIÇÃO DO PAVIMENTO DO PAVILHÃO DESPORTIVO.**-----

Presente informação da Divisão de Desporto, de vinte e três do corrente mês de Julho, registada com o número dez mil quinhentos e setenta e sete, a informar sobre o estado de conservação do pavimento do pavilhão desportivo da Escola EB 2 e 3 de Vila das Aves e a informar quais os trabalhos que devem ser executados para a sua recuperação.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara, tendo em conta o Protocolo de Transferência de Competências para o município em matéria de educação, assinado em dezasseis de Setembro de dois mil e oito, e ratificado pela câmara em reunião de catorze de Janeiro último, deliberasse atribuir à Escola EB 2 e 3 de Vila das Aves um subsidio no montante de 48.600,00 € (quarenta e oito mil e seiscentos euros) para aquisição e instalação de pavimento para o pavilhão desportivo daquela escola, com as características constantes daquela informação, cujos trabalhos devem ser acompanhados pelos serviços técnicos da câmara municipal (Divisão de Edifícios).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----







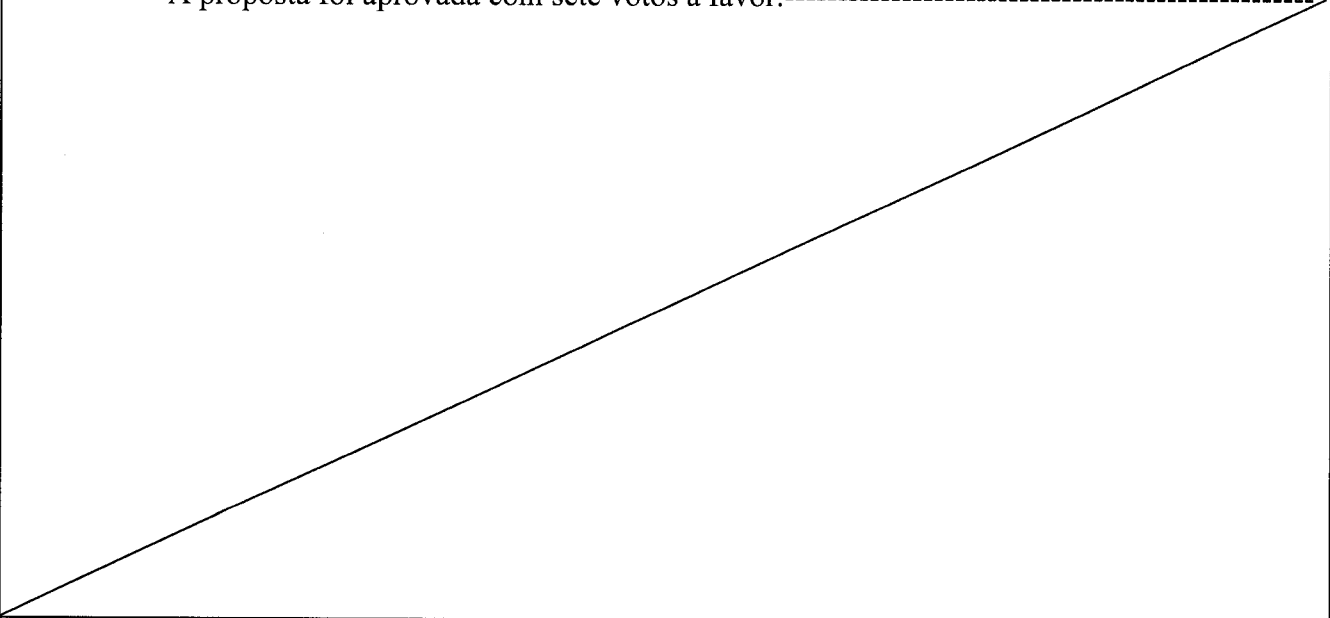
**8. I) À JUNTA DE FREGUESIA DA REGUENGA – Requalificação do Parque Desportivo da Mouteira – 1ª fase.-----**

Presente ofício de seis do corrente mês de Julho, da Junta de Freguesia da Reguenga, registado com o número oito mil oitocentos e setenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 65.000,00 € (sessenta e cinco mil euros), mais IVA, para custear as despesas com a obra acima referida.-----

O Departamento de Obras Municipais informa que, de acordo com o estudo elaborado por aqueles serviços para a requalificação do parque desportivo da Mouteira – 1ª fase, a estimativa orçamental dos trabalhos necessários executar é de 68.225,31 € (sessenta e oito mil duzentos e vinte e cinco euros e trinta e um centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Reguenga um subsídio no montante de 68.225,31 € (sessenta e oito mil duzentos e vinte e cinco euros e trinta e um centimos) para a obra acima referida, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



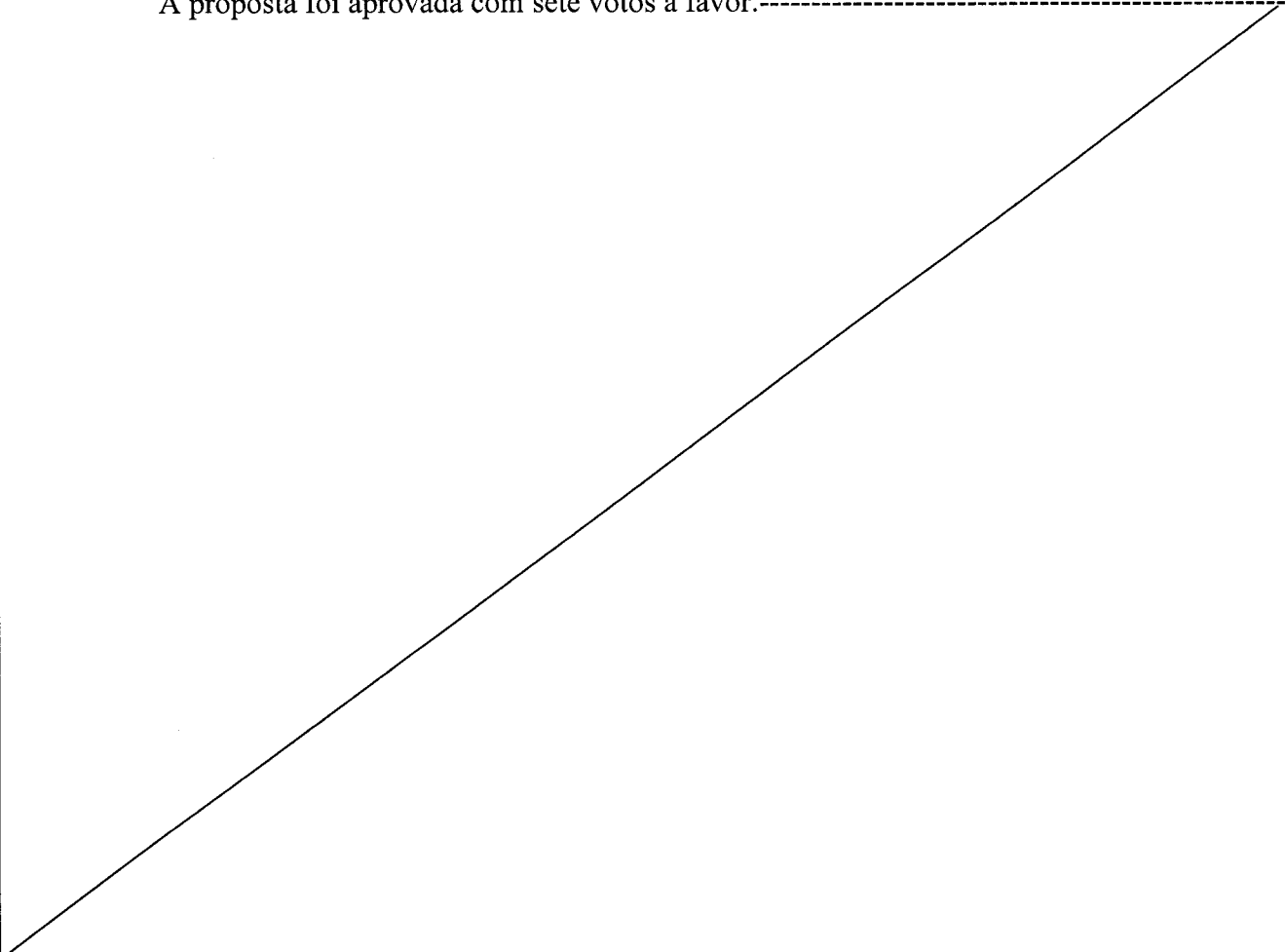


**8. J) À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AREIAS: AQUISIÇÃO DE VIATURAS.**-----

Presente ofício de vinte do corrente mês de Julho, da Associação Recreativa e Cultural de Areias, registado com o número dez mil trezentos e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de duas viaturas, uma Ford Transit e uma Hyundai, ambas de nove lugares.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Associação Recreativa e Cultural de Areias um subsídio no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





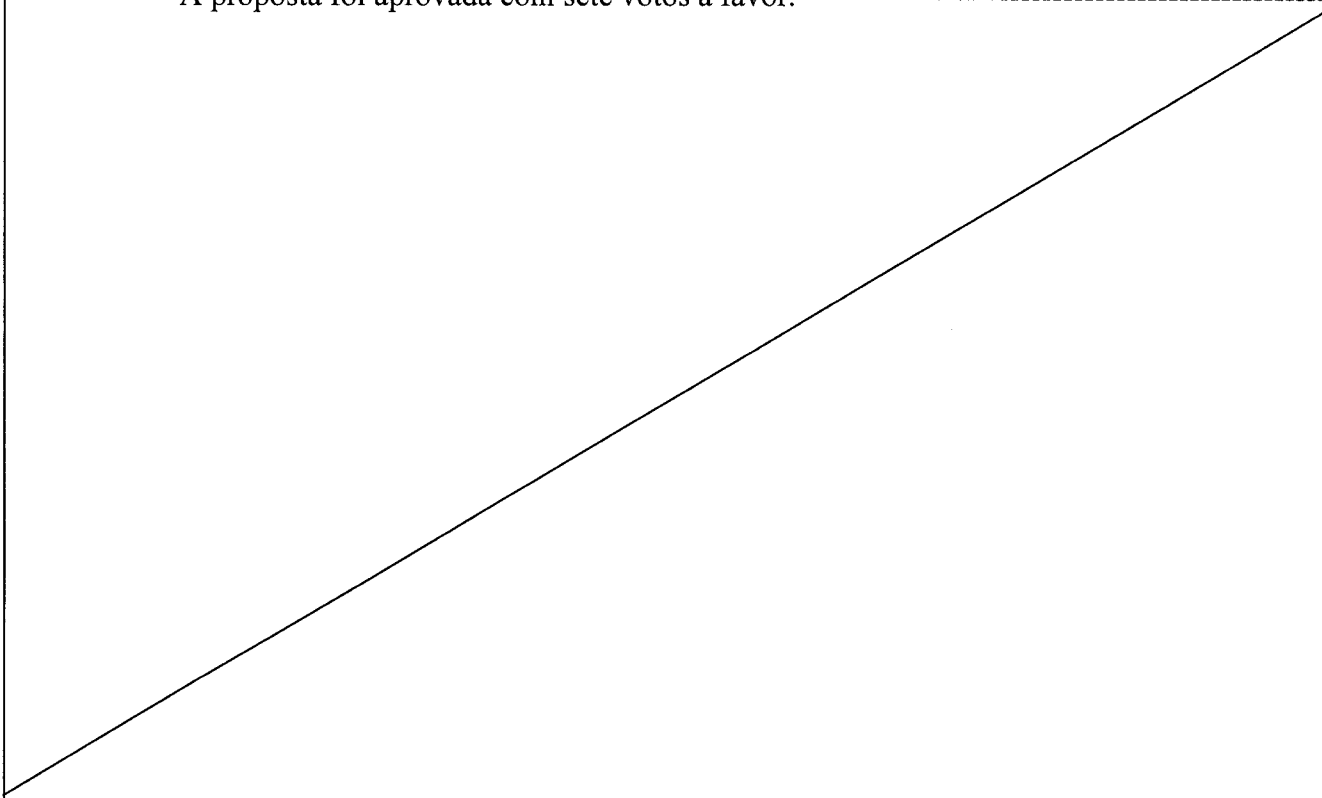
*[Handwritten signature]*

**8. K) AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 185 DA PARÓQUIA DE S. TIAGO DE AREIAS.-----**

Presente ofício de trinta de Junho findo, do Agrupamento 185 do Corpo Nacional de Escutas, registado com o número dez mil trezentos e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a construção de um pavilhão pré-fabricado junto ao Salão Paroquial, para sede daquele Agrupamento, cujo custo foi de 10.700,00 € (dez mil e setecentos euros) e para a aquisição de mobiliário ainda em falta, cuja estimativa orçamental é de 3.000,00 € (três mil euros).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir ao Corpo Nacional de Escutas um subsídio no montante de 3.000,00 € (três mil euros) para ajudar a custear as despesas com o pavilhão pré-fabricado construído pelo Agrupamento 185 da Paróquia de S. Tiago de Areias.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





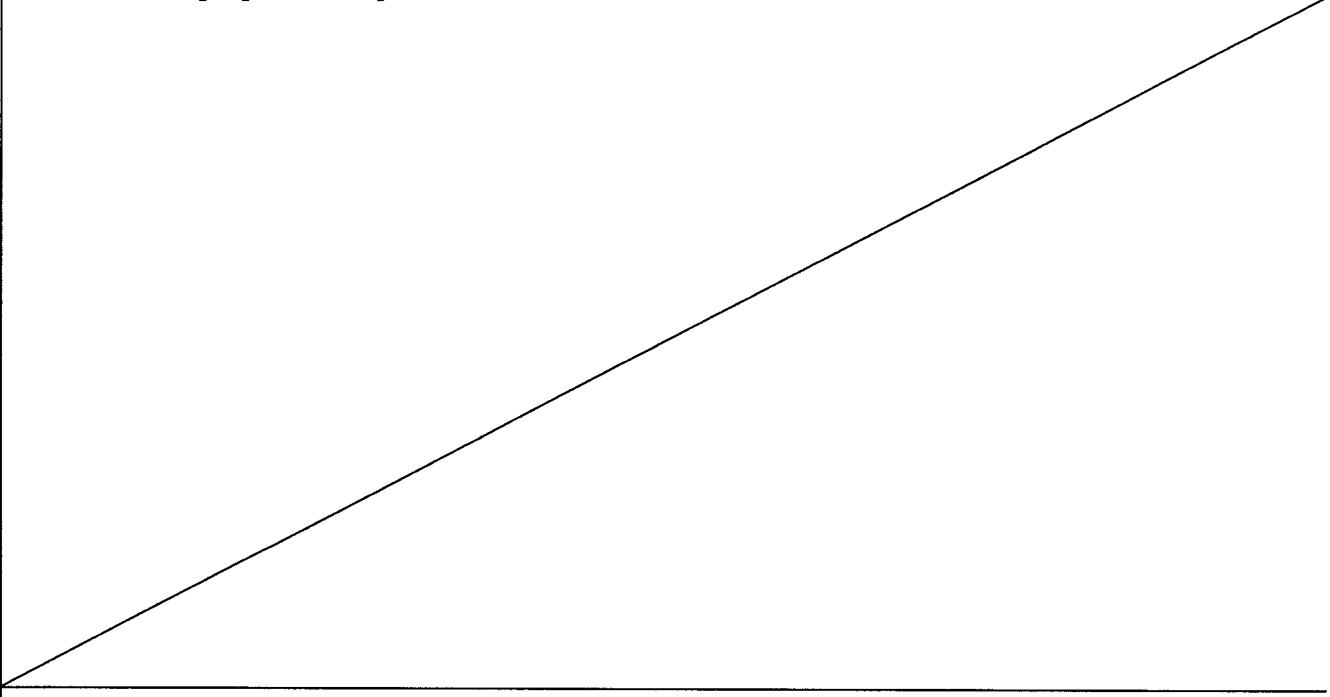
**8. L) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ – Alargamento da Rua de Sandim – 1ª fase.**-----

Presente ofício de nove do corrente mês de Julho, da Junta de Freguesia da Roriz, registado com o número nove mil duzentos e sessenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa que, de acordo com o estudo elaborado por aqueles serviços para a beneficiação do arruamento em causa, a estimativa orçamental dos trabalhos necessários executar é de 96.300,75 € (noventa e seis mil e trezentos euros e setenta e cinco centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Roriz um subsídio no montante de 96.300,75 € (noventa e seis mil e trezentos e euros e setenta e cinco centimos) para a obra acima referida, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





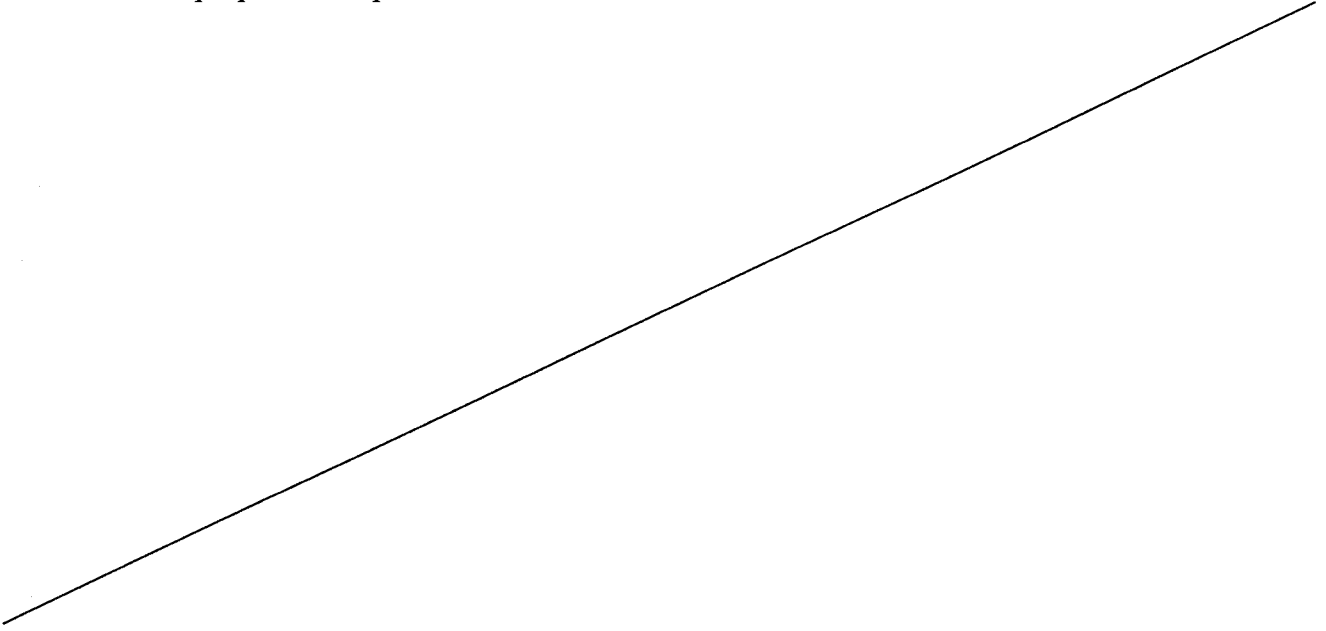
**8. M) À JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA LONGA – Construção de Balneários no Polidesportivo.**-----

Presente ofício de vinte e dois do corrente mês de Julho, da Junta de Freguesia de Água Longa, registado com o número dez mil cento e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), para custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Edifícios informa que, de acordo com o projecto elaborado pelo Departamento de Planeamento e Habitação para a construção de balneários no Polidesportivo de Água Longa, a estimativa orçamental dos trabalhos necessários executar é de 165.959,29 € (cento e sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e nove euros e vinte e nove cêntimos), mais IVA.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Água Longa um subsídio no montante de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), conforme solicitado, para a obra acima referida, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**8. N) AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 400 DA PARÓQUIA DE BURGÃES.**-----

Presente ofício de vinte de Maio último, do Agrupamento de Escuteiros da Paróquia de Burgães (Agrupamento 400 do Corpo Nacional de Escutas), registado com o número sete mil quinhentos e vinte e seis, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com as obras de beneficiação da sede daquele Agrupamento, cujo custo global foi de 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos euros).-----

A Divisão de Edificios informa que os trabalhos estão concluídos em condições aceitáveis e que o valor da obra é razoável, atendendo à natureza e volume dos trabalhos executados.

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir ao Corpo Nacional de Escutas um subsidio no montante de 3.000,00 € (três mil euros), para ajudar a custear as despesas com as obras efectuadas pelo Agrupamento 400 da Paróquia de Burgães no seu edificio sede.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

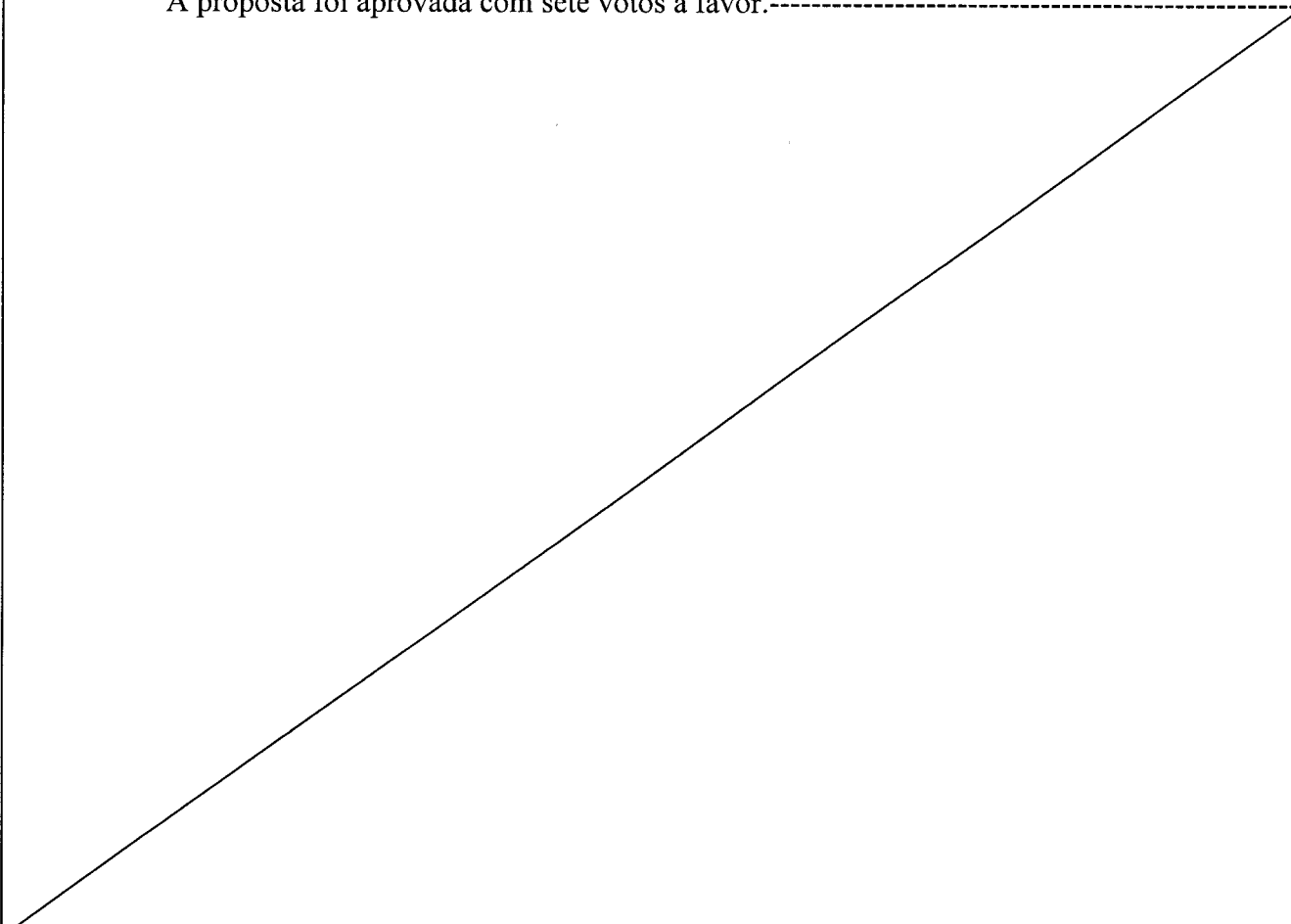


**8. O) À ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SANGUINHEDO – “FESTAS DE SANGUINHEDO/2009”.-----**

Presente ofício de vinte e cinco de Junho findo, da Associação Amigos do Sanguinhedo, registado com o número oito mil trezentos e cinquenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as “Festas de Sanguinhedo” que tiveram lugar nos dias 24 a 26 do corrente mês de Julho.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação Amigos de Sanguinhedo um subsídio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





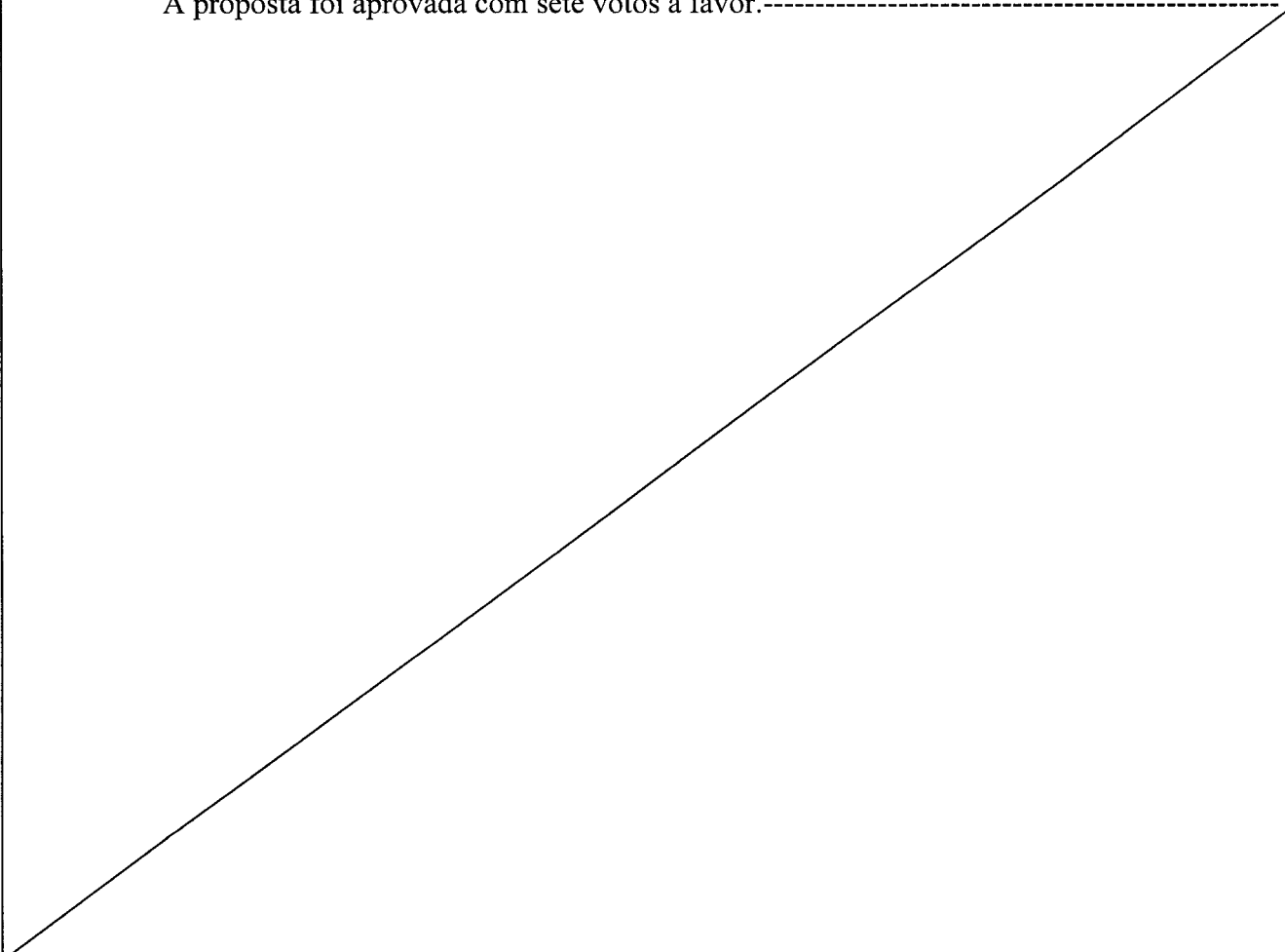
**8. P) À ASSOCIAÇÃO TRAMPOLINS DE SANTO TIRSO – CLUBE DE DESPORTO E AVENTURA.**-----

Presente ofício de dezasseis de Junho findo, da associação acima identificada, registado com o número nove mil e oitenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a participação dos atletas e técnicos da associação nos Campeonatos Nacionais e Taça da Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos.

-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à associação Trampolins de Santo Tirso – Clube de Desporto e Aventura um subsídio no montante de 2.000,00 € (dois mil euros).

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.

-----





**8. Q) SUBSÍDIO ANUAL A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o trabalho desenvolvido no plano desportivo pelas associações desportivas e recreativas do concelho de Santo Tirso; -----

Considerando o facto de a Câmara Municipal atribuir, anualmente, subsídios às colectividades desportivas e recreativas para as ajudar a fazer face às despesas que têm com as suas actividades ao longo do ano; -----

Considerando a competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

PROPONHO: -----

A atribuição dos seguintes subsídios anuais às colectividades abaixo mencionadas: -----

Associação Desportiva de Refojos – Refojos-----900,00 € (novecentos euros)

Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Escuteiro de Burgães – Burgães-----

-----450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros)

Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento de Escuteiro de S. Tomé de Negrelos - S. Tomé Negrelos-

-----450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros)

Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento de Escuteiro de Rebordões – Rebordões-----

-----450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros)

União Desportiva e Social de Roriz – Roriz-----2.250,00 € (dois mil duzentos e cinquenta euros)

Clube Desportivo de S. Salvador do Campo - S. Salvador Campo.-----3.000,00 € (três mil euros)

Associação Recreativa de S. Martinho - S. Martinho do Campo-----7.000,00 € (sete mil euros)

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente esta proposta de subsidio e no que diz respeito ao subsidio atribuído ao Clube Desportivo de S. Salvador do Campo o acréscimo verificado acaba por dar razão



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

àquilo que em tese aqui defendemos sempre, ou seja, o critério não tem que ser o critério do ano anterior mas do mérito do trabalho das associações. O que está certo é aquilo que acabou de ser feito – avaliar o trabalho e decidir. O que está errado é que durante tantos anos os critérios se mantenham sistematicamente na lógica do último ano. Tudo isto se tornaria mais fácil se a câmara dispensasse, tal como nos foi referido em reuniões de câmara anteriores, de uma Carta Desportiva Municipal onde se percebesse o volume de actividades, o estado dos equipamentos, o consumo e a participação desportiva”.-----

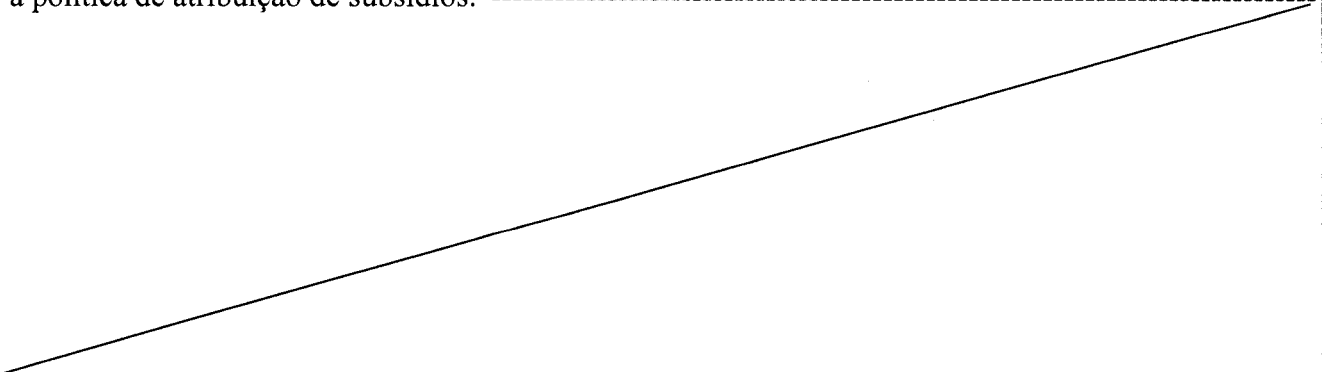
Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente tal como temos feito em situações similares.-----

As propostas são feitas tendo em conta o relatório de actividades dos anos anteriores e as propostas para o ano em curso.-----

A situação económica não nos permite apoiar mais as associações e instituições mas sempre verificamos e acompanhamos a sua actividade e por isso mesmo em casos devidamente justificados fazemos as alterações necessárias no acompanhamento regular das instituições. Não somos adeptos do constante aumento dos chamados subsídios correntes antes preferimos apoiar equipamentos ao serviço das colectividades.-----

Quanto às questões de planeamento todos sabem que está feita a revisão do PDM (Plano Director Municipal) que inclui todos os seus sectores incluindo o desportivo que nada tem a ver com a política de atribuição de subsídios.”-----





**8. R) JOGOS JUVENIS CONCELHIOS 2009: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS ORGANIZADORAS-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que os Jogos Juvenis Concelhios, promovidos pela autarquia e organizados em colaboração com as colectividades desportivas do Concelho, envolvem cerca de um milhar de jovens atletas, em actividades durante mais de oito meses.-----

Considerando que a organização e a realização destes jogos acarretaram despesas extras para as colectividades desportivas organizadoras, nomeadamente com equipamento e uso de instalações desportivas. -----

Considerando o interesse municipal do evento e a competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

PROPONHO:-----

A atribuição dos seguintes subsídios às colectividades abaixo mencionadas:-----

- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE LAMELAS – Lamelas -----80,00 € (oitenta euros)
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PALMEIRENSE - Palmeira-----280,00 € (duzentos e oitenta euros)
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA REGUENGA - Reguenga-----80,00 € (oitenta euros)
- ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E DESPORTIVA SANTIAGUENSE – S.Tiago da Carreira -----  
-----200,00€ (duzentos euros)
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TARRIO – Santa Cristina do Couto-----  
-----530,00 € (quinhentos e trinta euros)
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – Vila das Aves-----235,00 € (duzentos e trinta e cinco euros)
- ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO AREAL – S. Miguel do Couto-----  
-----385,00 € (trezentos e oitenta e cinco euros)
- ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE S.MARTINHO – S. Martinho do Campo-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

- 80,00 € (oitenta euros)
- ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE SEQUEIRÔ – Sequeirô-----
- 275,00 € (duzentos e setenta e cinco euros)
- AB 92 – UNIÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE SANTO TIRSO- Santa Cristina do Couto-----
- 275,00 € (duzentos e setenta e cinco euros)
- CENTRO RECREATIVO E DESPORTIVO DE BURGÃES – Burgães -----
- 275,00 € (duzentos e setenta e cinco euros)
- FUTEBOL CLUBE REBORDÕES – Rebordões ----- 275,00 € (duzentos e setenta e cinco euros)
- A UNIÃO DESPORTIVA DE S.MAMEDE – S.Mamede de Negrelos-----
- 340,00 € (trezentos e quarenta euros)

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Neste momento, eram onze horas e trinta minutos, a reunião foi interrompida por cerca de cinco minutos.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**8. S) CAMPEONATO CONCELHIO DE FUTEBOL AMADOR (ÉPOCA 2008/2009):  
PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES –  
DESPESAS COM OS CAMPOS DE JOGOS.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o XXIV Campeonato Concelhio de Futebol Amador, uma iniciativa desta Câmara Municipal, envolve cerca de seis centenas de atletas, em actividade ao longo de sete meses.-----

Considerando a importância que este campeonato tem para as associações desportivas do Concelho de Santo Tirso;-----

Considerando a sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador e as despesas que têm com o pagamento de rendas dos campos de jogo, que vão além dos seus recursos económicos;-----

Considerando a competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

**PROPONHO:**-----

A atribuição de um subsídio no montante de 300 € (trezentos euros) a cada uma das colectividades abaixo mencionadas, para ajudar a custear as despesas com as rendas dos campos de jogos:-----

ABCD – ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO, CULTURAL E DESPORTIVA – Santa Cristina do Couto---

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – Vila das Aves-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TARRIO – Santa Cristina do Couto-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NEGRELOS –S. Tomé de Negrelos-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE SEQUEIRÔ – Sequeirô-----

CLUBE DESPORTIVO DE S. SALVADOR DO CAMPO – S. Salvador do Campo -----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



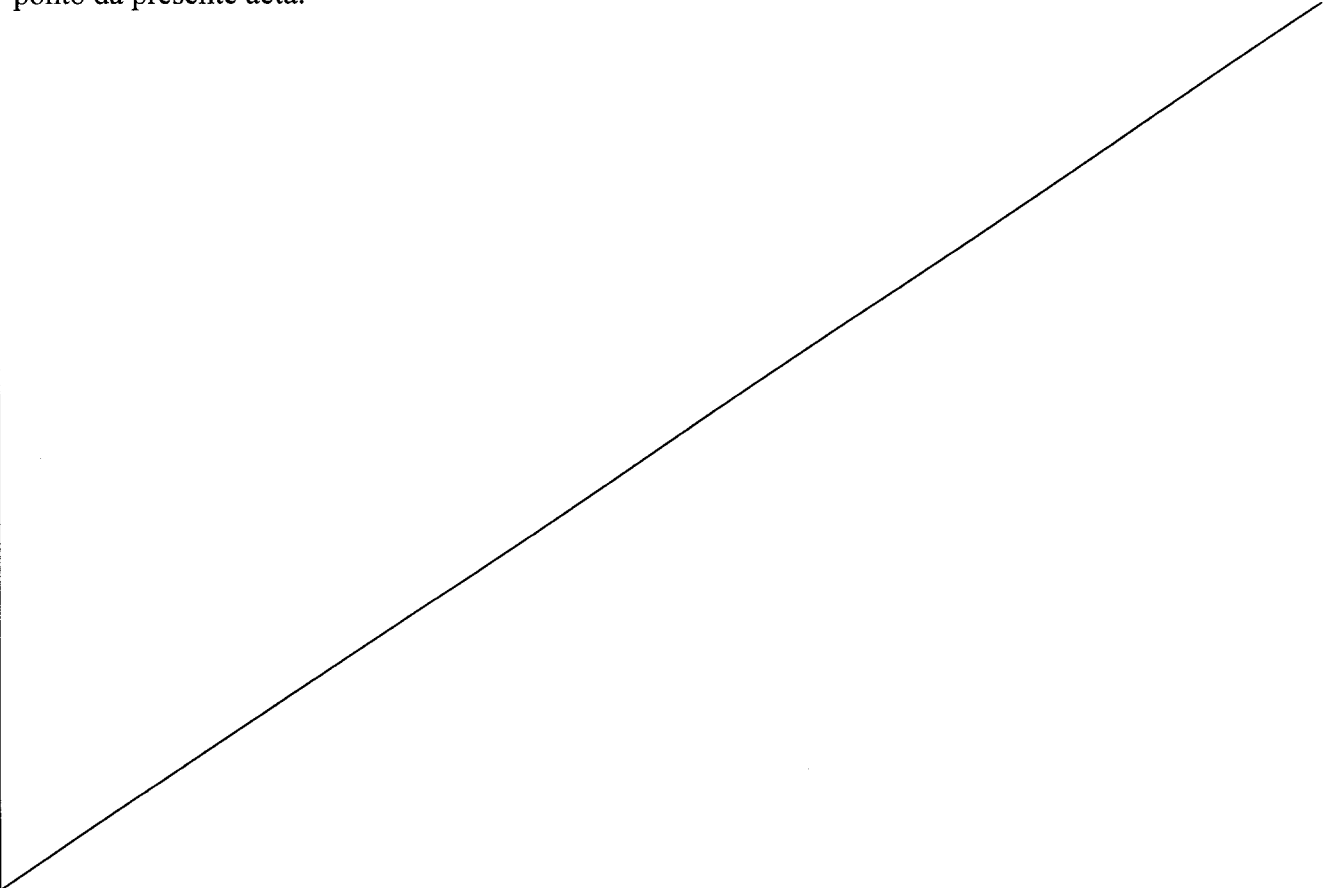
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

**- Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2009: 1ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Alteração ao Orçamento da Despesa: Aprovação.-----**

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, os quais passam a constituir o subsequente ponto da presente acta.-----





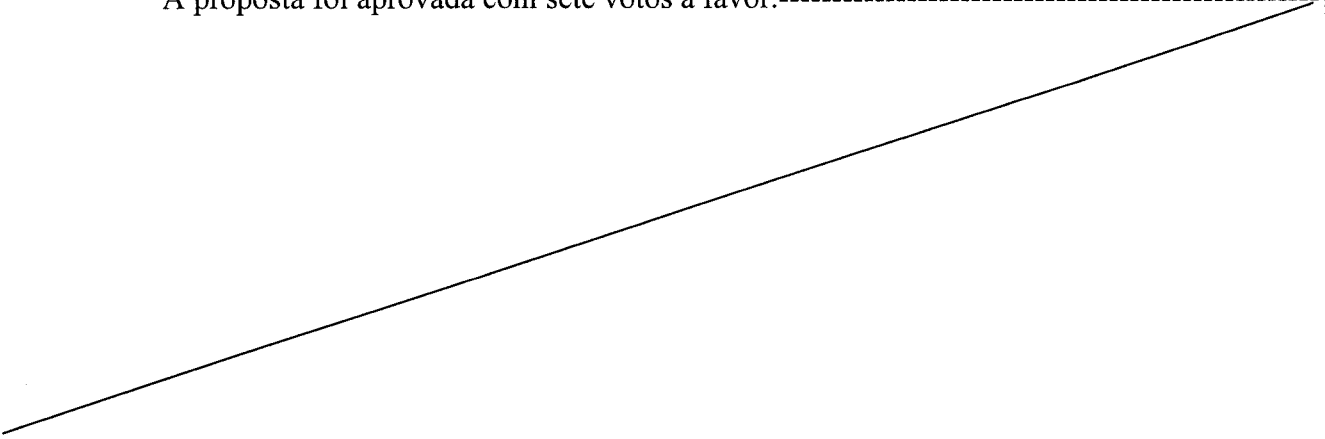
**9. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO PARA O ANO DE 2009: 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA: APROVAÇÃO.---**

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de vinte e um do corrente mês de Julho, registado com o número dez mil quinhentos e setenta e seis, a remeter cópia da deliberação do respectivo Conselho de Administração de oito do corrente mês de Julho, que aprovou a 2ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para o ano de dois mil e nove, que consistiu na 1ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e na 2ª alteração ao Orçamento da Despesa.-----

Anexa-se à presente acta, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, cópia da aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi proposto que a Câmara Municipal deliberasse aprovar a 2ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, relativo ao ano de dois mil e nove, anexa à aludida deliberação.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO**

**1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009**

**2ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009**

**2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA**

**1ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

-----Presente a reunião 2ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009,

2ª Alteração ao Orçamento de Despesa E 1ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, que faz parte integrante desta acta.-----

-----O Conselho de Administração deliberou aprovar e remeter á Câmara Municipal. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

Acta nº 11  
8 de Junho de 2009  
7.4/18

49

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

E ORÇAMENTO PARA O

ANO 2009

2ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E  
ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009:

- 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA
- 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE  
INVESTIMENTOS

ENTIDADE

## MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Página: 1

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 2

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 2 DO ANO CONTÁBILÍSTICO DE 2009

DATA DE APROVAÇÃO

MUNICIPALIZADOS AGUA, ELECTRI. SANEAM

Adz nº 16  
8 julho 2009  
F.5/18

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO				
50		SEM ORGANICA				
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				
	07010401	REDES DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS (ESGOTOS-SANEAMENTO)				
	0701040141	COMPLEMENTOS DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO AVE	150.000,00	95.000,00		245.000,00
	0701040154	COMPLEMENTOS DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO LEÇA	150.000,00		25.000,00	125.000,00
	0701040159	REDE DE DREN.AG.RESD. EN 105(REBORDOES,STA CRIST.COUTO E ÁGUA LONGA - 2ª FASE)	100.000,00		95.000,00	5.000,00
	0701040161	ACTUALIZAÇÃO DOS PROJECTOS DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	5.000,00	25.000,00		30.000,00
	0701040167	RECTIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS	100.000,00		25.000,00	75.000,00
	070110	EQUIPAMENTO BASICO	20.000,00	25.000,00		45.000,00
TOTAL ...			525.000,00	145.000,00	145.000,00	525.000,00

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_

O Presidente da Camara, \_\_\_\_\_

Os Vereadores:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE: SERV. MUNICIPALIZADOS AGUA, ELECTRI. SANEAM. MODIFICAÇÃO NÚMERO : 2 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2009 DATA DE APROVAÇÃO: 8 julho 2008

ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 1

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)			DOTAÇÃO SEQUENTE		
						TOTAL	ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES	2010	SEQUENTES	ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES
							DEFINIDA	NÃO DEFINIDA				TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA
2.4.3.06	2007 I 6	FUNDOES SOCIAIS HABITACAO E SERVIÇOS COLECTIVOS SANEAMENTO COMPLEMENTOS DE REDE DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS NO VALE DO AVE	SWAES	0701040141	163.627,51 163.627,51	525.000,00 525.000,00	525.000,00 525.000,00		450.000,00 450.000,00			525.000,00 525.000,00	525.000,00 525.000,00	450.000,00 450.000,00
2.4.3.19	2007 I 19	COMPLEMENTOS DE REDE DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS NO VALE DO LECA	SWAES	0701040154	163.627,51 32.116,06	525.000,00 150.000,00	525.000,00 150.000,00		450.000,00 400.000,00	95.000,00		525.000,00 245.000,00	525.000,00 245.000,00	450.000,00 400.000,00
2.4.3.01	2008 I 1	REDE DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS NA EN 105 (REBORÇORES, STA CRISTOUITO E AGUA LONGA - 2 FASE)	SWAES	0701040159	131.511,45	150.000,00	150.000,00		50.000,00	-25.000,00		125.000,00	125.000,00	50.000,00
2.4.3.08	2008 I 8	ACTUALIZAÇÃO DOS PROJECTOS DE REDES DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS	SWAES	0701040161		100.000,00	100.000,00			-95.000,00		5.000,00	5.000,00	
2.4.3.05	2009 I 6	RECTIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS	SWAES	0701040167		5.000,00	5.000,00			25.000,00		30.000,00	30.000,00	
2.4.3.09	2009 I 10	EQUIPAMENTO BÁSICO	SWAES	070110		100.000,00 20.000,00	100.000,00 20.000,00			-25.000,00 25.000,00		75.000,00 45.000,00	75.000,00 45.000,00	
TOTAL ...					163.627,51	525.000,00	525.000,00		450.000,00			525.000,00	525.000,00	450.000,00

Aprovada em reunião de \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_

Os Vereadores:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Acta nº 16  
8 julho 2008  
F.6/18  
51



**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas e quarenta minutos, sem público assistente no final da reunião.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem cinquenta e três folhas, apenas utilizadas no anverso e dois documentos anexos (Anexo I, composto por três folhas, relativo ao item 6, e Anexo II planta do projecto de arquitectura referida no item 7 da presente acta), ambas rubricados por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 12/08/2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Cabeze da respectiva minuta).-----

A Secretária,